

CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO  
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

EDYLA GREGÓRIO PEREIRA

**ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO ÀS FAMÍLIAS NO ÂMBITO DO PAIF:**  
uma análise através de um estudo bibliográfico e documental.

Juazeiro do Norte/ CE  
2019

EDYLA GREGÓRIO PEREIRA

**ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO ÀS FAMÍLIAS NO ÂMBITO DO PAIF:**  
uma análise através de um estudo bibliográfico e documental.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação do Centro Universitário Leão Sampaio — UNILEÃO, como requisito para obtenção do grau de bacharelado em Serviço Social.

Orientador: Prof.<sup>a</sup>. Ms. Marcia de Sousa Figueiredo Teotônio

Juazeiro do Norte/ CE

2019

EDYLA GREGÓRIO PEREIRA

**ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO ÀS FAMÍLIAS NO ÂMBITO DO PAIF:**  
uma análise através de um estudo bibliográfico e documental.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação do Centro Universitário Leão Sampaio — UNILEÃO, como requisito para obtenção do grau de bacharelado em Serviço Social.

Orientador: Prof.<sup>a</sup>. Ms. Marcia de Sousa Figueiredo Teotônio

Data de aprovação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**Banca Examinadora**

---

Prof.<sup>a</sup>. Ms. Marcia de Sousa Figueiredo Teotônio  
Orientadora

---

Prof.<sup>a</sup>. Esp. Francisca Helaide Leite Mendonça  
1<sup>a</sup> Examinadora

---

Prof.  
2<sup>a</sup> Examinadora

Juazeiro do Norte/ CE

2019

## **AGRADECIMENTOS**

Muitas pessoas estiveram ao meu lado durante o percurso que me trouxe até aqui e gratidão é um dos sentimentos que expresso por essas pessoas.

Assim, manifesto aqui meus sinceros agradecimentos primeiramente a Deus, depois ao meu filho amado Arthur Gregório e ao meu esposo Huxley Matias por estarem comigo e por todo o amor.

Agradeço também a minha mãe, Elisângela Gregório e ao meu pai Eder Sampaio por terem me gerado, me dado amor por ter me educado, estando ao meu lado até os dias presentes. Sou grata a minha irmã Tays Gregório pelo companheirismo, amor e amizade.

Sou grata às minhas avós Aurineide Sampaio e Raimunda Pereira por todas as lições que me foram repassadas.

Agradeço muito a minha orientadora, a Professora Marcia, por todos os ensinamentos e apoio para que eu resistisse aos desafios e não desistisse durante o meu percurso.

Agradeço também a todos aqueles que contribuíram de alguma forma em minha caminhada e que não mencionei aqui. Meu muito obrigada!

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo geral entender como acontece o atendimento e o acompanhamento realizado junto às famílias no âmbito do PAIF através de um estudo bibliográfico e documental, enfatizando a possível relevância do mesmo para as famílias atendidas, bem como apresentar conteúdo histórico sobre a Política de Assistência Social desde seus primórdios até os dias atuais, contextualizar as configurações e sistematizações dos Centros de Referência da Assistência Social e do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, dando ênfase ao PAIF e à suas intervenções junto às famílias e refletir sobre o atendimento e acompanhamento às famílias no âmbito do PAIF mediante um estudo bibliográfico e documental. A metodologia aplicada contempla a abordagem qualitativa, as pesquisas bibliográfica, exploratória e documental, sendo realizada uma coleta de dados pautada documental e bibliográfica em fontes da internet. Utiliza-se a análise de conteúdo para analisar os dados obtidos. É válido compreender que as pessoas com deficiência são pessoas que acabam sendo inseridos em situações de vulnerabilidade socioeconômica e vivenciando diversas expressões da questão social. Diante disso, esse estudo justifica-se pela necessidade da reflexão, criação e efetivação de políticas sociais que possam contribuir para que essas pessoas possam ter uma vida digna. A metodologia aplicada contempla a abordagem qualitativa, as pesquisas bibliográfica, exploratória e documental, sendo realizada uma coleta de dados em livros físicos e informatizados e artigos científicos através de pesquisa eletrônica. Utilizou-se a análise de conteúdo para analisar os dados obtidos. Obteve-se através da análise dos dados coletados que: o atendimento e o acompanhamento do PAIF são intervenções diferentes que se dão no processo de viabilização dos direitos dos usuários atendidos; o atendimento é um contato inicial no qual as demandas são identificadas e o acompanhamento ocorre de forma contínua e gradativa.

**Palavras-chave:** Atendimento. Acompanhamento. PAIF.

## ABSTRACT

This research aims to understand how the care and monitoring performed with families in the PAIF scope through a bibliographic and documentary study, emphasizing the possible relevance of it to the families served, as well as presenting historical content about the Policy of Social Assistance from its inception to the present day, contextualizing the configurations and systematizations of the Reference Centers of Social Assistance and the Comprehensive Family Protection and Care Service, emphasizing PAIF and its interventions with families and reflecting on the care and accompaniment to families within the scope of PAIF through a bibliographic and documentary study. The applied methodology contemplates the qualitative approach, the bibliographical, exploratory and documentary researches, being carried out a collection of documented and bibliographical data in internet sources. Content analysis is used to analyze the data obtained. It is valid to understand that people with disabilities are people who end up being placed in situations of socioeconomic vulnerability and experiencing various expressions of the social issue. Given this, this study is justified by the need for reflection, creation and implementation of social policies that can contribute to these people can have a dignified life. The applied methodology includes the qualitative approach, the bibliographical, exploratory and documentary researches, being performed a data collection in physical and computerized books and scientific articles through electronic research. Content analysis was used to analyze the data obtained. It was obtained through the analysis of the collected data that: PAIF's attendance and follow-up are different interventions that occur in the process of enabling the rights of the users served; The service is an initial contact in which demands are identified and follow-up occurs continuously and gradually.

**Key words:** Attendance. Side dish. PAIF.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>08</b>
<b>CAPÍTULO 1 - CAPÍTULO 1 – RELATOS HISTÓRICOS SOBRE A ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL.....</b>	<b>10</b>
1.1. A ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: ORIGEM E SUA LEGITIMAÇÃO ENQUANTO POLÍTICA SOCIAL.....	10
1.2. A ASSISTÊNCIA SOCIAL APÓS A CONSOLIDAÇÃO DA CF/88 E DO SUAS: LEIS X REALIDADE.....	13
<b>CAPÍTULO 2 – O SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA.....</b>	<b>22</b>
2.1. O CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E O PAIF: CONFIGURAÇÕES E SISTEMATIZAÇÃO.....	22
2.2. O PAIF E AS FAMÍLIAS: POSSIBILIDADES E DESDOBRAMENTOS.....	25
<b>CAPÍTULO 3 – UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE O ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO ÀS FAMÍLIAS NO ÂMBITO DO PAIF.....</b>	<b>31</b>
3.1. MÉTODOS PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA.....	31
3.2. REFLETINDO SOBRE O ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO ÀS FAMÍLIAS NO ÂMBITO DO PAIF MEDIANTE UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO E DOCUMENTAL.....	34
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>44</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>46</b>

## INTRODUÇÃO

A Assistência Social é uma política historicamente marcada pela filantropia e pela caridade até a conjuntura em que esta foi legitimada enquanto política social de Estado e direito de todo cidadão que dela necessitar. No âmbito de suas ações as famílias – em toda sua diversidade – possuem centralidade e devem ter toda a rede de proteção social voltada para que estas consigam superar as vulnerabilidades que vivenciam e possam explorar suas vulnerabilidades.

Elucida-se que tanto a política de Assistência Social quanto as famílias encontram-se engendradas na sociedade capitalista, que na contemporaneidade tem passado por transformações sociais, econômicas, culturais e políticas que geram o agravamento das expressões da questão social e trazem inúmeros desafios para a vida dos sujeitos e para os profissionais atuantes no campo da viabilização de direitos.

Isto posto, inserido no Centro de Referência da Assistência Social – equipamento da Proteção Social Básica da Assistência Social – existe o Serviço de Proteção Integral à Família – PAIF, um serviço que possui ações voltadas para a questão da prevenção de vulnerabilidades sociais vivenciadas pelas famílias e que pode intervir na vida dessas de forma a viabilizar direitos para os cidadãos.

O PAIF faz parte do leque de intervenções que são realizadas através dos técnicos de referência do referido equipamento e por isso faz parte do processo de trabalho dos assistentes sociais, sendo alvo inclusive do processo de formação por meio do estágio supervisionado em Serviço Social nesse espaço sócio ocupacional. Sendo assim, a escolha dessa temática justifica-se pelas inquietações e necessidade de aprofundamento dos estudos sobre como ocorrem sobre os atendimentos e acompanhamentos voltados para as famílias usuárias geradas durante o estágio supervisionado, ao se perceber que enquanto um serviço de proteção e atendimento integral direcionado para as famílias o mesmo demanda qualidade em sua prestação e alcance das famílias e mesmo diante dessas requisições encontra-se atravessado por exigências e desafios postos para os profissionais.

Isto posto, esta pesquisa tem como objetivo geral entender como acontece o atendimento e o acompanhamento realizado junto às famílias no âmbito do PAIF através de um estudo bibliográfico e documental, enfatizando a possível relevância do mesmo para as famílias atendidas, bem como apresentar conteúdo histórico sobre a Política de Assistência Social desde seus primórdios até os dias atuais, contextualizar as configurações e sistematizações dos Centros de Referência da Assistência Social e do Serviço de Proteção e Atendimento Integral

à Família, dando ênfase ao PAIF e à suas intervenções junto às famílias e refletir sobre o atendimento e acompanhamento às famílias no âmbito do PAIF mediante um estudo bibliográfico e documental.

Assim, a questão norteadora desta pesquisa é: quais elementos estão presentes no processo de atendimento e acompanhamento direcionado para as famílias no âmbito do PAIF?

A metodologia aplicada contempla a abordagem qualitativa, as pesquisas bibliográfica, exploratória e documental, sendo realizada uma coleta de dados em livros físicos e informatizados e artigos científicos através de pesquisa eletrônica. Utilizou-se a análise de conteúdo para analisar os dados obtidos.

No primeiro capítulo busca-se apresentar relatos históricos sobre a Assistência Social no Brasil perpassando pelas origens da mesma (ainda vinculada ao assistencialismo da Igreja Católica) até sua institucionalização estatal, enfatizando os pontos principais do processo de consolidação enquanto direito dos cidadãos e política social do Estado. Inicialmente, direciona-se para a compreensão das origens da política em questão até sua legitimação. Posteriormente, intui-se compreender como se encontra a realidade da Assistência Social após a Constituição Federal de 1988 e sua legalização enquanto uma das três políticas sociais que compõe a Seguridade Social.

No segundo capítulo esta pesquisa tem como propósito expor conhecimentos a respeito do Serviço de Proteção e Atendimento à Família - PAIF pertencente ao corpo de intervenções realizadas nos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS no âmbito da Proteção Social Básica da política de Assistência Social. Em um primeiro momento contemplam-se aspectos importantes da estrutura dos CRAS e do PAIF afim de contextualizar os objetivos existenciais e interventivos de ambos. Subsequentemente almeja-se apontar a importância do PAIF para as famílias usuárias enfatizando as possibilidades e ganhos que o mesmo pode ofertar e como ele se desdobra para as famílias.

No terceiro capítulo apresenta-se primordialmente todo o percurso metodológico traçado na construção desta pesquisa ao se considerar que os métodos empregados durante a realização de uma pesquisa são fundamentais para a compreensão da mesma como um todo. Sequencialmente elucida-se a resultados e discussões sobre a pesquisa realizada, trazendo reflexões sobre o atendimento e o acompanhamento às famílias no âmbito do PAIF tendo em vista a grande importância desse serviço para o CRAS, para a Proteção Social e para a política de Assistência Social e para os cidadãos que usufruem das ações deste programa.

Destarte, esta pesquisa possui como perspectiva

## **CAPÍTULO 1 – RELATOS HISTÓRICOS SOBRE A ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL**

Este capítulo busca apresentar relatos históricos sobre a Assistência Social no Brasil perpassando pelas origens da mesma (ainda vinculada ao assistencialismo da Igreja Católica) até sua institucionalização estatal, enfatizando os pontos principais do processo de consolidação enquanto direito dos cidadãos e política social do Estado. Inicialmente, direciona-se para a compreensão das origens da política em questão até sua legitimação. Posteriormente, intui-se compreender como se encontra a realidade da Assistência Social após a Constituição Federal de 1988 e sua legalização enquanto uma das três políticas sociais que compõe a Seguridade Social.

### **1.1. A ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: ORIGEM E SUA LEGITIMAÇÃO ENQUANTO POLÍTICA SOCIAL**

Para entender sobre o acompanhamento familiar no âmbito da política de assistência social, faz-se necessário abordar conhecimentos sobre a Política de Assistência Social e não se pode deixar de compreender sua consolidação na Constituição Federal de 1988, surgindo como um grande avanço no que se refere aos direitos sociais. A Assistência Social, que por muito tempo foi resultado de práticas filantrópicas, clientelistas e paternalistas, assume nesse momento (pós CF/88) o caráter de política social.

A priori manifesta-se a apreensão de que o surgimento das políticas sociais pode apontá-las como “[...] instrumentos de legitimação e consolidação hegemônica que, contraditoriamente, são permeadas por conquistas da classe trabalhadora” (MONTAÑO, 2007, p. 39).

Isto posto, releva-se que a compreensão sobre a história da Assistência Social enquanto política social está permeada por dualidades em sua estruturação (assim como as demais políticas sociais inseridas no contexto da sociedade capitalista), por atender - mesmo que paliativamente - aos interesses da classe trabalhadora e partir da intervenção do Estado que intui principalmente controlar as massas.

Em consonância ao supracitado destaca-se a fala de Faleiros (1991), na qual o mesmo afirma que

As políticas sociais ora são vistas como mecanismos de manutenção da força de trabalho, ora como conquista dos trabalhadores, ora como arranjos do bloco no poder ou bloco governante, ora como doação das elites dominantes, ora como instrumento de garantia do aumento da riqueza ou dos direitos do cidadão. (p. 8)

A Assistência Social no Brasil teve suas primeiras formas oriundas das ações caritativas da Igreja Católica que tinham como fundamento principal a prática da fé cristã inseridas no país desde seu período colonial. Logo após essa fase, ela aparece vinculada ao aparecimento da questão social<sup>1</sup>, tendo uma aproximação com o Estado enquanto ator responsável por ela, mas ainda na perspectiva assistencialista.

Conforme Sposati (2001), as ações humanas em sociedade voltadas para a ajuda ao outro emergem na sociedade brasileira a partir da Igreja Católica que em sua doutrinação construiu uma cultura de ajuda ao próximo como uma prática cristã dos fiéis que para cumprir as determinações religiosas precisavam realizar, prática essa que se vincula às ações de boa conduta religiosa e de princípios morais e não fazia nenhuma alusão à perspectiva de direitos. (SPOSATI, 2001)

É preciso considerar que essa marca assistencialista das origens da Assistência Social foi determinante e unilateral por muito tempo e ainda na atualidade se mostra muito presente na materialização dessa política, posto seu caráter assistencial que é muito confundido com caridade dos atores políticos.

Vale ressaltar que o assistencialismo fortemente presente na emergência da Assistência postula aqueles que recebiam a caridade como coitados e aqueles que doavam como pessoas de boa índole por partilharem “seus” bens. Sendo que essa prática caritativa,

É o acesso a um bem através de uma benesse, de doação, isto é, supõe sempre um doador e um receptor.[...]. O assistencialismo tem sempre um sujeito – público ou privado – e um sujeitado. O sujeito age como se fosse ele o proprietário de um bem que distribui, dada “sua bondade” a alguém, e quer ganhar o reconhecimento e a dívida de favor por essa prática (SPOSATI, 1995, p. 26).

---

<sup>1</sup> De acordo com Carvalho e Yamamoto (2007, p. 77), “A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão”.

Retomando a historicidade da referida, salienta-se que a primeira grande instituição do Brasil voltada para a Assistência Social surge na conjuntura nacional voltada para a industrialização do país e sua urbanização presidida por Getúlio Vargas a partir de 1930. Assim, em 1942, foi criada a Legião Brasileira de Assistência (LBA), cujo surgimento se dá fundamentalmente ligada à promoção do apoio da sociedade brasileira ao engajamento na guerra e suas ações eram direcionadas para dar assistência aqueles que servissem ao país na guerra e à suas famílias (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

A supracitada instituição teve seus trabalhos iniciados sob a presidência de Darcy Vargas, primeira dama brasileira no contexto histórico mencionado, por meio do decreto-lei em 15 de outubro de 1942, e pode ser considerada como um marco que inaugurou a proximidade da ótica da Assistência enquanto política social, demonstrando de certa forma um novo olhar do Estado sob as reivindicações da classe trabalhadora e de suas ações no âmbito social, mas que ainda resguardava a filantropia em suas ações e em sua representatividade social na figura das primeiras damas<sup>2</sup>.

É indispensável compreender que a LBA apresenta um papel preponderante no processo expansivo da Assistência Social no Brasil sob os olhares do Estado e ampliou as ações desta a nível nacional. Anos mais tarde, inserida no contexto das relações/reproduções sociais essa política foi sendo expandida. Não se deve esquecer que foram necessários anos e processos de mobilizações, reivindicações e participação social proporcionadas pelas lutas sociais em várias conjunturas brasileiras para a legalização de direitos, reconhecimento da cidadania dos brasileiros e de sua condição enquanto sujeitos de direitos reconhecidos pelo Estado.

Assim, realizando um salto temporal e perpassando inclusive o marco da Ditadura Militar no qual as políticas sociais ficaram marginalizadas ou foram privatizadas, compreende-se que ainda sob a égide da ditadura os movimentos sociais e as reivindicações da classe trabalhadora e seus filhos emergiram de forma muito latente e alguns anos após o fim do regime ditatorial culminou na promulgação da Constituição Federal de 1988 que trouxe os resquícios da política de bem estar social europeia, denominada Welfare State<sup>3</sup> e legalizou no interior da Seguridade Social a política de Assistência Social como direito cidadão e dever do Estado.

---

<sup>2</sup> A presença das esposas dos governantes e de pessoas públicas influentes fez com que o assistencialismo permanecesse, mesmo que não diretamente, à assistência que continuou [...] associada à bondade dos governantes pelas mãos “generosas” das primeiras-damas. [...] Na verdade, a relação de dominação, sob o eu do paternalismo que as primeiras-damas mantêm com os usuários dos serviços sociais, constitui uma face cruel da opressão que conduz à passividade, tratando esses usuários como seres dependentes desse tipo de serviço (TORRES, 2002, p. 93).

<sup>3</sup> Segundo Gomes (2006, p. 203), “A definição de welfare state pode ser compreendida como um conjunto de serviços e benefícios sociais de alcance universal promovidos pelo Estado com a finalidade de garantir uma certa “harmonia” entre o avanço das forças de mercado e uma relativa estabilidade social, suprimindo a sociedade de

Entende-se que os direitos sociais consolidados na Constituição Federal de 1988, surgem enquanto necessidade de atender as demandas ou necessidades sociais, advindas de classes menos favorecidas e que por muito tempo, sobreviveram em razão de práticas de benemerência e caridade, sem nenhuma perspectiva de superação de suas problemáticas.

Conforme Rojas Couto (2010) a Política de Seguridade Social aparece como um sistema de proteção integral do cidadão, que busca protegê-lo quando no exercício da sua vida laboral, na falta dela, na velhice e nos diferentes imprevistos que a vida lhe apresentar, tendo para cobertura ações contributivas para com a política previdenciária e ações não contributivas para com a política de saúde e de assistência social.

A Seguridade Social integra políticas que constituem o sistema de Proteção Social, que tem como objetivo garantir a proteção do cidadão enquanto um direito, em alguns momentos necessitando de ações contributivas. Nesse sentido, a Assistência Social é preconizada na CF/88 em seu Art. 203 como uma política social que “será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social” (BRASIL, 2006, p. 133).

O Art. 203. da Constituição ressalta que a política de Assistência Social enquanto política que deve ser prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição, deste modo diferenciando-se da política de Previdência Social. Esta deve priorizar suas ações voltadas para a família, favorecendo o seguinte público: crianças, adolescentes, pessoas com deficiência e idosos.

Isto posto, é cabível denotar que a política de Assistência Social possui a preconização da Constituição Federal de 1988, inaugurando uma forte busca pela ruptura da herança assistencialista originária com vistas ao reconhecimento da mesma enquanto direito cidadão, sendo assim considerada um grande avanço para os brasileiros. Todavia, sua historicidade e desdobramentos não se encerram nesta promulgação sendo fundamental empreender esforços na compreensão dos acontecimentos posteriores à promulgação da referida Carta Magna.

## 1.2. A ASSISTÊNCIA SOCIAL APÓS A CONSOLIDAÇÃO DA CF/88 E DO SUAS: LEIS X REALIDADE

A Constituição Federal de 1988 consolidou em seus artigos 203 e 204 a política de Assistência Social estabelecendo suas formas de concessão e organização, bem como, questões

---

benefícios sociais que significam segurança aos indivíduos para manterem um mínimo de base material e níveis de padrão de vida, que possam enfrentar os efeitos deletérios de uma estrutura de produção capitalista desenvolvida e excludente.”

relativas a recursos e orçamentos. É importante ainda refletir que a Assistência Social surge no âmbito constitucional como componente do tripé da Seguridade Social.

A partir da Constituição Federal de 1988, o país vivenciou avanços e mudanças, reconhecendo a Previdência Social, a Saúde, a Educação, a Habitação, a Segurança, a Infância, e o Lazer entre outras, como Políticas Públicas, e traz também a Assistência Social como uma política de direitos sociais, políticos e civis.

Neste sentido, Mestriner (2011), visualiza a legitimação da Assistência Social como estratégia de enfrentamento a pobreza, e que ao longo do tempo consegue se tornar uma verdadeira política pública, consistindo na superação do seu antigo perfil assistencialista.

De acordo com Rojas Couto (2010) o atendimento às demandas da população na perspectiva universalista da Constituição de 1988, existiram muitas disputas para que houvessem alterações nesses princípios, sempre com discursos de insuficiência de recursos que fossem aplicados junto ao atendimento à população menos favorecida.

Surgiram muitas críticas em relação à política de assistência social, e na verdade, as críticas se tratavam do atendimento e priorização a classe menos favorecida. Deste modo, necessitou de uma urgente regulamentação, para que tais direitos fossem consolidados de forma efetiva.

A referida política foi regulamentada posteriormente com a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social- LOAS em dezembro de 1993. A partir desse momento, a trajetória da Assistência Social, passou a estruturar-se pouco a pouco, pautada nos princípios da descentralização e da participação social, ampliando seu papel no âmbito da proteção social brasileira com a perspectiva de atuar visando a melhoria das condições de vida da sociedade.

A LOAS corresponde a Lei Nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993, e trás em seu Capítulo I, das definições e dos objetivos, destaque para artigo 1º, ressaltando a assistência social enquanto direito do cidadão, dever do estado, não contributiva e que provê os mínimos sociais e que deve ser realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativas públicas e da sociedade que visem garantir o atendimento às necessidades básicas.

Desta forma, compreende-se que a LOAS veio ampliar todas as considerações já expostas em Constituição Federal estabelecendo enquanto legislação na obrigatoriedade no cumprimento de todas as suas disposições, para que a política aconteça de forma efetiva.

Com a LOAS/1993 inicia-se o processo de descentralização político e administrativa, demandando aos municípios a construção de uma nova ordem democrática. Há o rompimento com as referências de ação subsidiária, eventual e emergencial e traz o caráter continuado das ações. (QUINONERO, 2013, p.52)

A LOAS materializa também o que chamamos de descentralização político e administrativa da assistência social, estabelecendo que a responsabilidade de efetivação da política e de seus serviços, passam a ser de responsabilidade estatal, no entanto demandando as esferas, municipais, estaduais e federais o cumprimento da legislação, através de seu caráter continuado.

Como forma de dar continuidade na estruturação da Assistência Social, a política ganhou um novo marco em 2005, o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, este sendo descentralizado e participativo, tendo como principal função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social no Brasil.

De acordo com as colocações descritas na carta de apresentação da LOAS (2012) o SUAS passou a integrar plenamente as colocações da LOAS, e atribuiu responsabilidades, definiu competências, estabeleceu padrões de atendimento, organizou cofinanciamento e ainda definiu o funcionamento das ofertas e proteção política.

É importante refletir que a definição do funcionamento das ofertas e proteção política, ampliou os serviços e expandiu os equipamentos anteriormente não reconhecidos. Sendo assim, entende-se que foi nesse momento, que surgiu a presença e necessidade de tais equipamentos nos territórios mais vulneráveis, aproximando a política de assistência social daqueles menos favorecidos e por isso, mais necessitados.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2009) o SUAS implanta atribuições expressivas como a territorialização e a centralização na atenção as famílias, denominada como a matricialidade sóciofamiliar. Que será realizada através dos níveis de proteção.

Deste modo, o SUAS vai priorizar não somente o indivíduo em caráter singular, mas o atendimento à família, compreendendo que os problemas sociais e familiares somente poderão ser erradicados quando há um trabalho continuado com a família.

De acordo com as Orientações Técnicas do Centro de Referência de Assistência Social (2009):

Na consolidação do SUAS destacam-se a reorganização dos serviços por nível de proteção, a centralidade do Estado no acompanhamento às famílias, a territorialização das ações e a oferta de Serviços de Proteção Social Básica, prioritariamente para famílias beneficiárias de transferência de renda. (BRASIL, 2009, p.5)

O SUAS ao organizar os serviços de acordo com os níveis de proteção, define como público prioritário, as famílias que são beneficiárias dos programas de transferência de renda, compreendendo que este público inclui-se em critérios que comprovam sua vulnerabilidade.

Grandes avanços foram empreendidos na Assistência Social nos anos que precederam a CF/88<sup>4</sup> e alguns anos depois com a instituição de aparatos legais como a LOAS e o SUAS, porém a garantia da concretização desses dispostos precisa ser refletida e amplamente debatida dados os acontecimentos que ocorreram após a consolidação dessas leis.

Todavia, transplantando mecanicamente essa tendência internacional para o Brasil, onde a concepção de assistência social — prevista na Constituição Federal vigente, promulgada em 1988, e na legislação regulamentadora dessa matéria constitucional — é de uma política pública, de seguridade social, garantidora de direitos sociais, vale questionar: o que vem ganhando importância? Será a política pública de assistência social ou o seu desmonte e regresso à concepção conservadora de um triste passado, hoje ressuscitado em um contexto internacional socialmente decadente? [...] Para a autora deste texto, tanto a assertiva antiliberal de que a principal política de proteção social é o trabalho quanto a afirmação de que a assistência social está se sobrepondo às demais políticas, merece qualificação cuidadosa, para não se incorrer no equívoco de falar de trabalho e de assistência de forma unívoca e nem cair na tentação de legitimar concepções liberais-conservadoras. (PEREIRA, 2013, p. 647-648)

Diante disso é fundamental apropriar-se dos acontecimentos decorrentes dos anos posteriores à promulgação da referida constituição, contextualizando esses acontecimentos com a política central nesse estudo.

A assistência social, embora tenha ingressado na agenda do Estado, desde o âmbito municipal até o federal, sempre o fez de forma dúbia, isto é, mais reconhecendo o conjunto das iniciativas organizacionais da sociedade civil do denominado campo dos “sem fins lucrativos” do que propriamente reconhecendo como responsabilidade pública e estatal as necessidades da população atendida por tais iniciativas (MESTRINER, 2001, p.17)

É cabível compreender as atuais configurações nas quais se encontra a Assistência Social a partir de quatro eventos principais que ocasionaram várias mudanças, avanços e retrocessos para a política de Assistência Social, a saber: o advento da Constituição Federal de 1988; a Reforma do Estado de 1990; a consolidação do SUAS; e os avanços neoliberais e neoconservadores da atualidade.

Sobre os desdobramentos da CF/88 e da consolidação do SUAS, os conhecimentos expostos anteriormente discutiram e apontaram pontos de grande relevância para a

---

<sup>4</sup> Também conhecida como Constituição Cidadã, esta Carta Magna apresenta as legislações brasileiras que mais se aproximaram daquelas estabelecidas e vivenciadas no Welfare State, tendo as concepções do Estado de Bem Estar Social em seu corpo.

compreensão dos impactos e ganhos de ambos para esta política e reitera-se que os mesmos se constituem como grandes avanços na ampliação da visão dos cidadãos enquanto sujeitos de direitos e no âmbito da Assistência Social legitimou legalmente tal política enquanto política social estatal e direito dos cidadãos que dela necessitarem. Todavia, as discussões sobre os ganhos e desafios atrelados a essa constituição não se encerram apenas nessa compreensão positiva.

É bom lembrar que o reconhecimento de direitos sociais, embora garantidos constitucionalmente, não vem se constituindo em atributo efetivo das políticas sociais no país. No vasto campo de atendimento das necessidades sociais das classes empobrecidas administram-se favores. Décadas de clientelismo consolidaram uma cultura tuteladora, que não tem favorecido o protagonismo nem a emancipação dessas classes em nossa sociedade. (YASBEK, 2001, p.44)

Dessa forma, é possível perceber que mesmo após a constitucionalização da Assistência, o assistencialismo ainda perdura em suas ações e ideologias, o que por sua vez acaba dificultando a conscientização da população a respeito de sua condição de sujeitos de direitos.

Cabe mencionar que a CF/88 sofreu grande impacto em sua materialização devido aos ajustes neoliberais emergentes da Reforma do Estado de 1990, pela qual o Estado minimizou suas responsabilidades, promoveu o corte de gastos com o social, instaurou uma maior abertura de mercado e ampliou a terceirização e o repasse de suas responsabilidades para a sociedade civil sob a justificativa de estar tardiamente sob os efeitos e reflexos da crise de 1970 (Crise Fiscal). Dentre as problemáticas dessa reforma estatal é possível elencar algumas, a saber:

Um problema econômico-político – a delimitação do tamanho do Estado; um outro também econômico-político, mas que merece tratamento especial – a redefinição do papel regulador do Estado; um econômico-administrativo - a recuperação da governança ou capacidade financeira e administrativa de implementar as decisões políticas tomadas pelo governo; e um político – o aumento da governabilidade ou capacidade política do governo de intermediar interesses, garantir legitimidade, e governar (BRESSER, 1998, pp. 49-50).

Nesse sentido, o Estado não somente passou a atuar não mais na perspectiva da CF/88, mas também se apresentou enquanto desafio para que a mesma fosse colocada em prática ao passo que o sistema de garantia de direitos foi enfraquecido pela emergência do sucateamento das políticas sociais.

Enfatiza-se uma fala de Couto (2006), que esclarece um pouco mais sobre a significação da Reforma do Estado de 1990 para as políticas sociais e conseqüentemente para a Assistência Social, na qual o mesmo afirma que

Nos conjuntos das orientações indicadas no consenso, inspiradas pelo receituário teórico neoliberal, que teve adoção em quase todos os países do mundo, na década de 1980, estão: a indicação para desestruturação dos sistemas de proteção social vinculados às estruturas estatais e a orientação para que os mesmos passem a ser gestados pela iniciativa privada. (COUTO, 2006, p. 145)

Os impactos que a Reforma promoveu impactam diretamente na forma como as políticas sociais passaram a ser vistas e tratadas, uma vez que a participação cada vez mais reduzida do Estado na promoção e execução das mesmas encontra-se em recessão. É preciso perceber que essa reforma trouxe mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais e gerou contrarreformas que provocam uma “[...] clivagem da política social em torno de dois pólos: a privatização e a assistencialização da proteção social, instituindo, ao mesmo tempo, as figuras do cidadão consumidor e do cidadão-pobre, este último objeto da assistência social” (MOTA, 2008, p. 135).

Se por um lado, no contexto da agenda neoliberal, as políticas sociais são fragilizadas, por outro a Assistência Social tem suas funções aumentadas, posto que a mesma ganha relevância nessa conjuntura. Como predispões Mota (2008, p. 141), “as classes dominantes invocam a assistência social como uma solução para combater a pobreza relativa e nela imprimem o selo do enfrentamento da desigualdade”.

Nesse contexto, é preciso elucidar também a ocorrência do agravamento das expressões da questão social mediante a essas modificações no trato das políticas sociais que impulsionam o aumento dessas problemáticas e agudizam as contradições entre o capital e o trabalho. Não obstante,

A pulverização da questão social, típica da ótica liberal, resulta numa autonomização e suas múltiplas expressões – as várias “questões sociais” – em detrimento da perspectiva de unidade. Impede assim de resgatar a origem da questão social imanente à organização social capitalista, o que não elide a necessidade de apreender as múltiplas expressões e formas concretas que assume. (IAMAMOTO, 2001, p. 18)

Com o agravamento das expressões da questão social, o assistencialismo acaba ganhando força à medida que a população por vivenciar miséria, falta de acesso aos direitos e tantas outras problemáticas acabam tendo mesmo que parcialmente o entendimento de que o país encontra-se em crise e que o Estado não tem como prover o acesso aos direitos e em muitas

situações, entendem erroneamente que estão recebendo uma “ajuda” ao terem acesso aos benefícios eventuais da Assistência, por exemplo e em busca dos mínimos para sobreviver aceitam o que percebem como “ajuda” sem ter a devida consciência de que estão tendo acesso a direitos que lhes são conferidos.

Salienta-se a apreensão de Behring e Boschetti (2011), na qual ambas percebem que a Assistência Social é a política que mais tem vivenciado empecilhos para se consolidar de fato enquanto política social, devido ao atraso de sua regulamentação como direito, posto que uma pequena parcela da população (incluindo-se todos aqueles que dela necessitam) são alcançados pela mesma, o que reforça o caráter de caridade. Este é o fenômeno compreendido como refilantropização das políticas sociais.

Através dessa intervenção se fazem necessários instrumentos e políticas que sejam desenvolvidas de forma atender as necessidades da população e prestar os serviços aos trabalhadores que se encontram em situação de pobreza, miséria e desamparo. Porém, essas ações não têm sido concretizadas da forma como deveria ser e é preciso ter clareza sobre os vários vieses capitalistas que estão entrelaçados em toda essa dinâmica.

É preciso aludir a percepção de Boschetti (2016), que vislumbra que posta no interior da seguridade social, a Assistência Social foi consolidada como um dos pilares da regulação do mercado e como uma relevante estratégia de ampliação do consumo (principalmente para aqueles que estão à margem do mundo de trabalho por variadas questões pertinentes aos interesses capitalistas), de complementação de renda e de garantias de condições de vida para os desempregados. É interessante perceber uma característica central nos benefícios e serviços assistenciais implementados nessa conjuntura: a função complementar no conjunto do sistema de proteção social. Assim, a Assistência Social, no contexto do Estado social ampliado<sup>5</sup>, que possui tendências social democratas ou universalistas, “participou ativamente no processo de reprodução ampliada da superpopulação relativa, sobretudo estagnada, e subsidiariamente na reprodução da força de trabalho ou superpopulação relativa latente e flutuante”. (BOSCHETTI, 2016, p. 21)

Destarte, é válido perceber que essa política está engendrada de forma central nas dinâmicas políticas, econômicas, sociais, culturais e ideológicas nas quais estão presentes as

---

<sup>5</sup> Conforme Boschetti (2016, p. 19), “Cabe, desde logo, um registro de fundamental importância: designar de Estado Social a regulação econômica e social efetivada pelo Estado no capitalismo tardio não significa atribuir ao Estado uma natureza anticapitalista, e menos ainda lhe atribuir qualquer intencionalidade de socializar a riqueza por meio de políticas sociais. Trata-se, ao contrário, de lhe atribuir uma designação ou caracterização para demonstrar que o fato de assumir uma feição social por meio de direitos implementados pelas políticas sociais não retira do Estado sua natureza capitalista e nem faz dele uma instância neutra de produção de bem estar.”

contradições entre o capital e o trabalho e que possui dualidade em sua existência em época de crise do capital e em meio à agenda neoliberal: em uma ponta ela pode ser usada como dispositivo capitalista para dar respostas paliativas e exercer o controle sobre a classe trabalhadora; e no outro extremo, ela se apresenta como uma das possibilidades de resistência da classe trabalhadora à crescente exploração da mão de obra dos trabalhadores e do aumento substancial do desemprego que traz consigo toda uma gama de outras expressões da questão social.

Se a população não consegue ter acesso ao emprego, à uma saúde de qualidade, à uma educação voltada para a construção de sua autonomia, criticidade e emancipação ou aos demais direitos, na Assistência algumas dessas pessoas conseguem encontrar os mínimos para sobreviver aos ditames capitalistas e aos seus impactos na vida da classe trabalhadora. Isto posto, por mais que a política social em questão por mais que se encontre seletiva, sucateada, fragilizada e ameaçada, ainda consegue dar respostas (mesmo que paliativas) para aqueles que não possuem outra alternativa. É imprescindível perceber que as pessoas precisam de estratégias para resistir e nesse sentido essa política pode ter sua utilidade para a classe trabalhadora. Não descartando a urgência de que sejam construídas alternativas melhores para esses cidadãos.

Diante dessas colocações é possível denotar que

No Brasil, as políticas sociais tornam-se integrantes do conjunto de reformas que atingiram o Estado e a sua administração, traduzindo-se como alternativas políticas que visam ocultar as mazelas produzidas pelo sistema capitalista e, ao mesmo tempo, favorecer as exigências mundiais de estabilizações sócio-econômicas mantenedoras da saúde do mercado. Ocorre, então, uma ação articulada para viabilizar as políticas e, ao mesmo tempo, conflitos entre interesses e contradições entre diversos agentes sociais. Estado, mercado, organismos internacionais, organizações e movimentos da sociedade, mídia, pois está em jogo o êxito das diretrizes e estratégias que envolvem ajustes econômicos e sociais expressos por meio de receitas para “resolver” as questões sociais, cada qual a partir de seus paradigmas no campo político, social e econômico. (COUTINHO, 2007, p. 6)

É mister que se tenha clareza quanto à dinâmica social e à estrutura social na qual as políticas sociais e a Assistência encontram-se inseridas, tendo em vista que em meio a sociedade capitalista certas configurações se consolidaram como estruturais, como as contradições entre a classe trabalhadora e os proprietários dos meios de produção, a necessidade da ocorrência de crises cíclicas para a manutenção da hegemonia da classe dominante, as desigualdades, a distribuição desigual daquilo que é socialmente produzido, mas que não é distribuído socialmente.

Assim,

A política social brasileira compõe-se e recompõe-se, conservando em sua execução o caráter fragmentário, setorial e emergencial, sempre sustentada pela imperiosa necessidade de dar legitimidade aos governos que buscam bases sociais para manter-se e aceitam seletivamente as reivindicações e até as pressões da sociedade. (VIEIRA, 1997, p. 68)

E essa dinâmica no Brasil permanece sendo conservada ou retomada desde a formação social, histórica, cultural, econômica e política do país até a contemporaneidade, posto que como sociedade capitalista, está engendrada e sob a égide dos ditames capitalistas internacionais que inclusive operam na manutenção do subdesenvolvimento nacional brasileiro à medida que a maior parcela da população não tem acesso a possibilidades de desenvolvimento real e nesse processo a Assistência Social atende a dois interesses divergentes.

Reforçando essa concepção sobre a função social assumida pela Assistência Social ressalta-se a fala de Boschetti (2016), sobre a compreensão de que em fase de crise capitalista, crise esta que é sistêmica e estrutural e atinge todas as dimensões da vida dos sujeitos todos os países capitalistas são afetados e nesse contexto de crise, a Assistência é atrelada de forma mais participativa na reprodução intensificada da força de trabalho, não somente na condição de política complementar, mas na condição de política central na garantia dos recursos mínimos que podem assegurar o consumo da população e da manutenção da dinâmica de emprego e desemprego no mundo do trabalho. Seu foco não se concentra, no entanto, na universalização do acesso aos serviços e bens públicos, mas sim na prestação de serviços assistenciais ínfimos enquanto os cortes de gastos nas outras políticas continuam acontecendo e a recessão das políticas sociais e dos direitos dos cidadãos permanece vigente.

Postas as colocações e estudos pertinentes à esta discussão, é de suma relevância concluir neste primeiro momento que ao longo de sua história originária até sua existência na sociedade atual, a política de Assistência Social perpassou conjunturas de avanços e de retrocessos, mas que passos importantes foram dados na sua consolidação enquanto direito cidadão e que ainda existem muitas situações que precisam ser repensadas e modificadas mesmo na vigência do Estado capitalista para que a mesma seja materializada de fato e conscientemente enquanto direito dos cidadãos que dela necessitam e dever do Estado como regulador da vida em sociedade.

## **CAPÍTULO 2 – O SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA**

Este capítulo tem como propósito expor conhecimentos a respeito do Serviço de Proteção e Atendimento à Família - PAIF pertencente ao corpo de intervenções realizadas nos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS no âmbito da Proteção Social Básica da política de Assistência Social. Em um primeiro momento contemplam-se aspectos importantes da estrutura dos CRAS e do PAIF afim de contextualizar os objetivos existenciais e interventivos de ambos. Subsequentemente almeja-se apontar a importância do PAIF para as famílias usuárias enfatizando as possibilidades e ganhos que o mesmo pode ofertar e como ele se desdobra para as famílias.

### **2.1. O CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E O PAIF: CONFIGURAÇÕES E SISTEMATIZAÇÃO**

A política de Assistência Social pode ser compreendida como fundamental para que o sistema de proteção social ao cidadão brasileiro possa ter o alcance que se faz necessário para o provimento do bem estar das pessoas e embora existam percalços e retrocessos a serem revistos e superados na gestão e na execução da mesma é valoroso ressaltar que esta política contribui bastante para que uma considerável parcela da população possa ter a mínima condição de existência e de resistência frente ao contexto social, econômico e culturalmente excludente imbuído na sociedade capitalista.

Na sua estrutura organizativa existem serviços, políticas, projetos e equipamentos que visam, de acordo com suas funcionalidades, alcançar os objetivos e diretrizes traçados pelo SUAS. Dentre os equipamentos destaca-se neste estudo o Centro de Referência da Assistência Social, uma importante instituição da Proteção Social Básica.

O CRAS é uma unidade de proteção social básica do SUAS, que tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania. Esta unidade pública do SUAS é referência para o desenvolvimento de todos os serviços socioassistenciais de proteção básica do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, no seu território de abrangência. (BRASIL, 2009a, p. 9)

O CRAS é percebido enquanto a instituição que seria a porta de entrada dos usuários aos serviços, programas e projetos disponíveis no bojo da Assistência Social por ser considerado aquele que deveria iniciar as intervenções na vida dos usuários, todavia é preciso refletir que a entrada do usuário em qualquer uma das instituições ou demais serviços desta política estará relacionada à realidade dos sujeitos, ao nível de vulnerabilidades a que estes estão expostos, à violação de direitos, ao grau de conhecimento de ambos sobre as instituições e seus serviços, além de outros aspectos que podem ser diversos quando o próprio usuário direciona-se voluntariamente para as instituições. Esta situação pode apresentar uma outra realidade quando os profissionais realizam busca ativa<sup>6</sup> aos usuários.

Retomando a questão do CRAS na Proteção Social Básica, enfatiza-se o está descrito na Tipificação dos Serviços Sócioassistenciais sobre os Serviços da Proteção Social Básica, que devem ser desenvolvidos no território de abrangência do CRAS, em especial os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, que consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado. A articulação desses serviços no território, tem como proposta a garantia do desenvolvimento do trabalho social com as famílias dos usuários desse serviço, permitindo a identificação de necessidades e potencialidades na perspectiva familiar. (BRASIL, 2009b)

Sobre o PAIF, a Tipificação dos Serviços Sócioassistenciais, descreve o PAIF da seguinte forma:

Com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria da qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. (BRASIL, 2009b, p. 6)

O PAIF, de acordo com as informações alcançadas é um serviço a ser desenvolvido com o propósito de promover melhorias na qualidade de vida das famílias através de um acompanhamento efetivo, que busque não somente o fortalecimento dos vínculos, mas que se torne efetivo, quando capaz de identificar e através de uma atuação, desenvolver as potencialidades da família, como forma de prevenir, proteger e resolver eventuais problemas, através da garantia de direitos.

---

<sup>6</sup> A Busca Ativa é uma ação desenvolvida a partir do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome que tem como objetivo “levar o Estado aonde o cidadão está, sem esperar que as pessoas mais pobres procurem o poder público” (BRASIL, 2015). Pode ser vista como uma estratégia para inserção dos usuários nas instituições e serviços.

Sendo assim, é importante saber que o PAIF se fundamenta de ações, e que estas devem acontecer de maneira continuada, visando atender a família inteira. As orientações técnicas do PAIF, prevêem que o profissional que desenvolve o trabalho social, deve tentar compreender a realidade do grupo familiar e do território, buscando além da inserção familiar nos serviços, proporcionar a atenção integral, descartando qualquer segmentação do atendimento.

Segundo Quinonero (2013) o PAIF prevê ainda a intervenção profissional nas necessidades inerentes a classe menos favorecida, necessidades essas advindas da condição de desproteção, de inseguranças sociais que não se limitam somente ao fator renda, mas, das condições surgidas da desigualdade social. Por isso, algumas dimensões protetivas sócioassistenciais estão relacionadas à acolhida, autonomia, pertencimento, vinculação e convivência familiar, social e comunitária, além daquelas referentes ao acesso e garantia de direitos sociais.

As oficinas realizadas por esse serviço são “encontros previamente organizados, com objetivos de curto prazo a serem atingidos com um conjunto de famílias, por meio de seus responsáveis ou outros representantes, sob a condução de técnicos de nível superior do CRAS” (BRASIL, 2012, p. 23).

O PAIF, não prioriza apenas as famílias que encontram-se em inseguranças sociais resultantes da ausência de renda familiar, mas, aquelas que enfrentam situações de vulnerabilidades no que se refere á principalmente dimensões que envolvem vinculação familiar, social, insegurança alimentar, autonomia, ressaltando que a família deve ser trabalhada buscando a superação da realidade, compreendendo que a mesma não deve tornar-se dependente da política.

Fazendo uma análise da experiência vivenciada em Estágio Supervisionado, esse acompanhamento deve ainda identificar outras demandas familiares para que sua intervenção de fato seja efetivada, é um momento de aproximação do profissional com a família, que durante este acompanhamento passa a entender o CRAS como o principal equipamento da assistência social.

De acordo com as Orientações Técnicas do PAIF (2012), o mesmo é:

Fruto do processo de amadurecimento e consolidação do Sistema único de Assistência Social- SUAS já contemplando as últimas normatizações da Política Nacional de Assistência Social, com destaque para a Tipificação Nacional dos Serviços Sócioassistenciais e o Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, bem como dos resultados de pesquisas avaliativas e do Censo SUAS, a presente publicação

representa um marco para o principal Serviço de Proteção Social Básica Integrante do Referido Sistema. (BRASIL, 2012, p. 5)

O PAIF surge como parte do processo de estruturação da Assistência Social e que é o principal serviço da Proteção Social Básica, portanto é obrigatoriamente desenvolvido no CRAS, e requer do profissional o compromisso de desenvolvê-lo de forma positiva, visando não somente aspectos quantitativos, mas, qualitativos.

De acordo com as Orientações Técnicas do PAIF (2012), os Serviços sócioassistenciais integram o SUAS, o trabalho do PAIF com os serviços de Proteção Social Básica deve estar articulados aos serviços da Proteção Social Especial, a fim de garantir a efetivação dos encaminhamentos necessários. O elemento organizativo do SUAS compete a uma rede que deve estar permanentemente integrada.

O PAIF deve acontecer de forma integrada com os serviços da Proteção Social Especial através de encaminhamentos profissionais, a fim de que esta articulação fortaleça o SUAS e conseqüentemente os vínculos familiares antes do rompimento destes.

As Orientações Técnicas do PAIF (2012) colocam ainda que o PAIF é serviço fundamental e se caracteriza como base para a constituição de uma nova política de assistência social, enquanto política pública, dever do estado e direito do cidadão. O PAIF, junto à política de Assistência Social, busca romper com a tradição assistencialista e segmentada, passando a garantir direitos aos cidadãos e se apresentando enquanto política que busca enfrentar os riscos sociais, mediante situações de vulnerabilidades.

Nesse sentido, é possível denotar que o CRAS assim como o PAIF são apresentados pela Assistência Social como instrumentos e estratégias para efetivação do direito dos cidadãos à proteção social que deve ser promovida pelo Estado através desta política para provimento dos mínimos sociais para estes sujeitos e prevenção das vulnerabilidades que os mesmos podem vivenciam no seu cotidiano e junto à família assume centralidade, sendo esta de fato matricial para a Assistência Social.

## 2.2. O PAIF E AS FAMÍLIAS: POSSIBILIDADES E DESDOBRAMENTOS

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família possui a família como cerne das intervenções e participantes do processo de construção de mudanças de realidade pressuposto pelas funcionalidades que este serviço possui. Diante disso, aprofundar

conhecimentos sobre as possibilidades e desdobramentos que este serviço pode expressar na vida das pessoas.

É de suma relevância enunciar para quais realidades familiares o PAIF se direciona. Assim, discorre-se que

Os usuários do PAIF são famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, do precário ou não acesso aos serviços públicos, da fragilização de vínculos sociais e de pertencimento ou qualquer outra situação de vulnerabilidade e risco social no território de abrangência do CRAS. (BRASIL, 2009a, p. 12)

Diante da informação supradita sobre o perfil das famílias para as quais o PAIF se encaminha, é preciso refletir a posteriori sobre as concepções em torno da mesma afim de que se possa entender como essas ações podem se desdobrar nas vidas desses sujeitos e no seio familiar. Considera-se imprescindível buscar compreender a família como uma instituição social dialética e histórica, posto que em consonância com grandes estudiosos que “destacaram a família como algo mais que uma ideia, considerando que esta possui formas, estruturas e significados que variam segundo determinados contextos sociais e históricos” (SIERRA, 2011, p. 12), é preciso percebê-la como uma parte em um todo que é a sociedade e que sofre influências desta em suas constituições devido à dinâmica das relações sociais.

Dentre as definições sobre família presentes nas pesquisas e obras sobre a mesma frisa-se nesta discussão a conceituação presente na Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS) – reitera-se que trata-se de uma política na qual a família é vista como matricial – que a configura como “núcleo básico de sustentação afetiva, biológica e relacional” (BRASIL, 2005, p. 23). Não obstante, salienta-se a definição apresentada pelo Plano Nacional de Assistência Social que a conceitua como “o grupo de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos e, ou de solidariedade”. (BRASIL, 2004, p. 25)

Nesse contexto, é cabível apreender que a família ao longo do tempo tem vivenciado a admissão de novos arranjos que transcendem a ideia patriarcal e conservadora de família como sendo a união entre homem, mulher e filhos, a família nuclear. Isso não significa que o formato de família nuclear está extinto, mas que ao longo do tempo e com as transformações ocorridas na sociedade em todos os seus âmbitos, a estrutura do que se compreende por família também mudou, inclusive no que diz respeito à consanguinidade como determinante para que pessoas se concebam enquanto família.

A formação da família detém grande valor para estabelecer a existência da pessoa nos vínculos sociais, estabelecer a sua forma específica de haver por meio do espaço que este se encarrega no âmbito desta mesma família, determinar sua condição jurídica, beneficiar a autoaceitação das pessoas e o progresso de sua individualidade. Diante de tal fato, apreciar-se-á os inúmeros tipos de formações familiares que estão se criando durante os últimos anos, inter-relacionando a sua constituição a composição do estado familiar e seu vínculo com a condição conjugal. Desenvolveu a definição de família e os vínculos em meio a seus integrantes, sendo correto que o remoto padrão familiar patriarcal conferiu espaço a modos novos de formação da família mais populares, fundamentados no afeto. (SANTANA, 2015, p. 13)

Essas concepções sobre a família embasam a centralidade que a mesma possui para o PAIF, sendo a mesma considerada como fundamental para a formação dos sujeitos enquanto cidadãos a serem engajados nas relações sociais e no processo de sociabilização.

Cabe perceber que as famílias que vivenciam vulnerabilidades e o acúmulo de expressões da questão social acabam tendo sua funcionalidade para com seus membros comprometidas, uma vez que a situação socioeconômica, cultural e política em que essas famílias estão inseridas incide diretamente na autonomia e na possibilidade destas conseguirem fomentar o desenvolvimento de seus membros, mesmo que isto não seja apenas responsabilidade delas, posto que a família é um “espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, provedora de cuidados aos seus membros, mas que precisa também ser cuidada e protegida”. (BRASIL, 2004, p. 41)

Sendo assim, é função do Estado através das políticas sociais desenvolver suas ações pautando-se em algumas pontuações, a saber:

i) a família é o núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social; ii) a defesa do direito à convivência familiar, na proteção de Assistência Social, supera o conceito de família como unidade econômica, mera referência de cálculo de rendimento per capita e a entende como núcleo afetivo, vinculado por laços consanguíneos, de aliança ou afinidade, que circunscrevem obrigações recíprocas e mútuas, organizadas em torno de relações de geração e de gênero; iii) a família deve ser apoiada e ter acesso a condições para responder ao seu papel no sustento, na guarda e na educação de suas crianças e adolescentes, bem como na proteção de seus idosos e portadores de deficiência; iv) o fortalecimento de possibilidades de convívio, educação e proteção social na própria família não restringe as responsabilidades públicas de proteção social para com os indivíduos e a sociedade (BRASIL, 2005, p. 90).

Sendo assim, o reconhecimento dos novos arranjos familiares e sua inclusão no sistema de proteção e viabilização de direitos se constitui enquanto um dever estatal que deve ser tratado com primazia, posto que a derrocada de uma família pode ocasionar uma série de violação de direitos para seus membros e o agravamento das expressões sociais vivenciadas por essas

famílias. Sendo assim, é fundamental que o Estado viabilize os direitos dessas famílias para que estas possam ter condições de dar o suporte necessário aos seus partícipes.

Na proteção básica, o trabalho com famílias deve considerar novas referências para a compreensão dos diferentes arranjos familiares, partindo do suposto de que são funções básicas das famílias: prover a proteção e a socialização dos seus membros; constituir-se como referências morais, de vínculos afetivos e sociais; de identidade grupal, além de ser mediadora das relações dos seus membros com outras instituições sociais e com o Estado (BRASIL, 2005, p. 35).

O trabalho social, como referido no supramencionado, assume um caráter educativo e mediador à medida que pode contribuir para que a família consiga ter clareza sobre seus direitos e/ou acesso a pelo menos uma parcela desses direitos, corroborando para que a família possa desempenhar sua funcionalidade e subsidiar os seus. Essas intervenções serão realizadas através de oficinas e ações que possibilitem a identificação das demandas emergentes naquele território com o subsídio de estratégias como metodologias ativas e participação dos usuários.

É válido mencionar que o trabalho com as famílias nos territórios deve abordar o planejamento e oferta de atividades coletivas e de grupo mediante as demandas que a equipe técnica percebe serem pertinentes e com a participação dos usuários. Esse planejamento deve levar em conta o estudo e levantamento de potencialidades e vulnerabilidades presentes nos territórios e as suas características culturais e sociais. Além disso, as ações e oficinas a serem realizadas precisam estar vinculadas a um plano de ação. Para realizar a escuta das demandas dos usuários e definir as ações que devem ser realizadas para dar respostas às demandas emergentes as metodologias participativas se fazem importantes, estratégicas e facilitadoras dessas ações. (AFONSO; PADUL, 2015)

Para compreender as realidades e os contextos nos quais os sujeitos de determinado território estão inseridos e trazê-los até o serviço é necessário entender o que essas famílias precisam, quais assuntos se fazem necessários serem discutidos em grupo, quais usuários precisam de atendimento particularizado e o PAIF se constitui enquanto um serviço que possibilita esse estreitamento dos profissionais com os usuários afim de contribuir e facilitar o processo de construção da autonomia e de melhorias para a vida dessas pessoas. Para tanto, é imperioso que ocorra um aprofundado conhecimento sobre o cotidiano das famílias usuárias.

Nesse sentido, entender as relações que ocorrem no interior das famílias usuárias do PAIF é essencial para contextualizar a realidade de ambos à dinâmica da sociedade, entendendo que as “condutas, dificuldades e problemas expressos pelas famílias são interpretados como expressão de conflitos instaurados no contexto de uma dinâmica familiar [...] profundamente

marcada pelas contradições de uma sociedade em um determinado momento histórico”. (MIOTO, 2004, p.12)

Dentre o corpo das ações a serem realizadas junto com as famílias através do PAIF enfatiza-se o trabalho em grupos de convivência (encontros, oficinas, palestras, etc), atividades educativas com os membros das famílias, os atendimentos individuais e encaminhamentos mediante as demandas das famílias.

Sobre o trabalho em grupos é importante denotar que

[...] um trabalho estruturado com grupos, independentemente do número de encontros, sendo focalizado em torno de uma questão central que o grupo se propõe a elaborar, dentro ou fora de um contexto institucional. A elaboração que se busca na Oficina não se restringe a uma reflexão racional, mas envolve os sujeitos de maneira integral, suas formas de pensar, sentir e agir. (AFONSO, 2000, p. 34)

As atividades grupais desenvolvidas pelo PAIF envolvem assuntos oriundos das problemáticas enfrentadas pelas famílias e que se fazem necessários para o enfrentamento de expressões da questão social vivenciadas por ambos, levando-se em conta que ela deve ser desenvolvida com a participação dos usuários que devem ser atores ativos nas discussões propostas, nas ações e oficinas e possam ser conscientizados sobre seus direitos, sobre a própria realidade que vivenciam e perceberem melhor o meio em que vivem compreendendo de forma mais clara os desdobramentos dos seus cotidianos.

As atividades de cunho educativo presente de forma basilar nas ações do PAIF uma vez que as relações construídas entre os profissionais e os usuários contemplam processos educativos onde ocorrem diálogos, reflexões e vivências. Nesse sentido, as normas técnicas definem núcleos socioeducativos dos quais é possível serem indicadas questões relacionadas às etapas dos ciclos de vida familiar que podem ser abordadas. Assim, sugere-se direções para esses núcleos, as quais elenca-se

- 1 Criar situações em que as famílias possam expressar coletivamente suas dúvidas e conflitos, construindo soluções para os problemas cotidianos, relacionados ao cuidado de suas crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e pessoas com deficiência.
- 2 Refletir com a família sobre as mudanças em sua dinâmica e redistribuição de papéis, a partir do desenvolvimento de seus filhos. Desenvolver habilidades de cuidado, orientação e acompanhamento das crianças. Debater aspectos relacionados ao desenvolvimento infantil, às necessidades de estimulação nessa fase da vida, à importância de proporcionar espaços e oportunidades voltadas e orientadas pelas necessidades infantis e desafiadoras [...]. Debater temas relacionados ao desenvolvimento da criança, do adolescente e do jovem, características e interesses.
- 3 Refletir sobre a necessidade de proteção aos seus membros idosos e de valorização do seu saber.

4 Discutir as estratégias para o desenvolvimento das competências da pessoa com deficiência, destacando o papel fundamental das famílias e da comunidade no processo de reabilitação e inclusão das pessoas com deficiências. (BRASIL, 2006, p. 42)

Os acontecimentos intrínsecos às realidades das famílias carecem abordagem nas ações do PAIF, posto que muitas famílias não possuem conhecimento sobre seus direitos, estão alheias aos acontecimentos à sua volta, não conseguem entender as reproduções da vida em sociedade e acabam em situação de vulnerabilidade que retiram de muitas destas famílias a possibilidade de desenvolvimento para seus membros e uma vida com acesso aos direitos mínimos para o exercício da cidadania e dignidade enquanto ser humano.

Nessa perspectiva, o foco das ações socioassistenciais e socioeducativas deve ser as necessidades das famílias e a garantia dos direitos de cidadania, cujas propostas e ações perpassam o âmbito específico de uma política, para uma perspectiva intersetorial, integrada e articulada. No âmbito específico da assistência social, essas ações devem ser guiadas pela efetivação de direitos e da responsabilidade pública, que deve ser o norte do trabalho social com famílias ou grupos de famílias. Os objetivos do trabalho social com famílias devem ser a autonomia e o protagonismo, compreendidos na perspectiva de participação social e do coletivo. (TEIXEIRA, 2010, p. 16)

Cabe refletir que o trabalho social com as famílias pode proporcionar para estas o entendimento das problemáticas vivenciadas individualmente ou no seio de cada família como questões coletivas que podem ser refletidas coletivamente de forma crítica entre todos para que essas pessoas possam construir a autonomia sobre suas vidas e tornarem-se protagonistas delas. É interessante perceber que para que o sistema de garantia de direitos possa ser efetivado o conhecimento dos cidadãos sobre seus direitos é fundamental.

Isto posto, o PAIF apresenta possibilidades de intervenção junto às famílias que podem apresentar desdobramentos diretamente sobre a vida das famílias e contribuir para que elas possam conseguir alcançar transformações em suas vidas. O PAIF é um serviço que deve acompanhar seus usuários de forma continuada e por isso possibilita intervenções ampliadas, mas que demandam estratégias para que os usuários possam participar e estar integrados aos equipamentos dando assim continuidade às ações planejadas para serem desenvolvidas com as famílias. É essencial elucidar que o trabalho realizado através desse serviço contempla que cada família possui suas singularidades e particularidades e estão inseridas no contexto das relações sociais capitalistas.

## **CAPÍTULO 3 – UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE O ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO ÀS FAMÍLIAS NO ÂMBITO DO PAIF**

Este capítulo apresenta primordialmente todo o percurso metodológico traçado na construção desta pesquisa ao se considerar que os métodos empregados durante a realização de uma pesquisa são fundamentais para a compreensão da mesma como um todo.

Sequencialmente elucida-se a resultados e discussões sobre a pesquisa realizada, trazendo reflexões sobre o atendimento e o acompanhamento às famílias no âmbito do PAIF tendo em vista a grande importância desse serviço para o CRAS, para a Proteção Social e para a política de Assistência Social e para os cidadãos que usufruem das ações deste programa.

### **3.1. MÉTODOS PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA**

A metodologia da Pesquisa se constitui enquanto um momento, no qual se descreve os meios utilizados para o desenvolvimento do estudo, onde Fonseca (2002) define metodologia como sendo o estudo da organização ou dos caminhos a serem percorridos para que se possa realizar uma pesquisa ou um estudo, podendo significar ainda o estudo dos caminhos ou dos instrumentos utilizados para fazer uma pesquisa científica. Sendo assim, pode-se definir metodologia como sendo o caminho e a forma de organização dos elementos utilizados para realização do estudo, bem como, para a busca pelo alcance dos objetivos da pesquisa.

Destaca-se que estudo se materializa através de uma pesquisa de abordagem qualitativa que para Deslandes (2010), responde a questões muito particulares, ocupando-se das Ciências Sociais, através de um nível de realidade que não poderá ser quantificado, trabalhando apenas com o universo dos significados, dos valores e das atitudes.

Elucida-se que a utilização do instrumento de observação participante durante a vivência do Estágio Supervisionado em Serviço Social no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS Seminário, localizado na cidade de Crato/CE onde foi possível a aproximação do objeto de estudo. De acordo com Gil (2008), a observação participante é aquela pela qual o pesquisador participa da realidade de determinada situação, grupo ou comunidade e assim consegue conhecer de forma mais aprofundada os sujeitos e suas vidas.

Esclarece-se também o emprego da pesquisa do tipo bibliográfica, exploratória e Documental.

A pesquisa bibliográfica é estabelecida por Lakatos (2005) através de fases distintas como: escolha do tema, fichamento, análise e interpretação e redação. A pesquisa necessita perpassar por algumas fases antes de sua consolidação.

Já Boccato (2006) diz que:

a pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação. (BOCCATO, 2006, p. 266)

A pesquisa bibliográfica analisa uma problemática através de materiais bibliográficos já publicados como livros, revistas, artigos e outros materiais que possuam referenciais teóricos capazes que contribuir com a temática estudada, por isso, o pesquisador deve planejar o processo de pesquisa através de algumas fases permitindo a organização de seu estudo. Ressalta-se que esta pesquisa foi realizada durante o segundo semestre do ano de 2019, a fim de aprofundar reflexões e estudos sobre a temática escolhida.

Em relação à pesquisa exploratória, compreende-se que seria aquela que objetiva “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses” (GIL, 2002, p. 41). Acredita-se que para proceder em relação à busca por descobertas sobre a temática em questão demanda-se uma exploração profunda da mesma.

Utilizou-se também a pesquisa documental, considerando-se que os

Os documentos são fontes de dados brutos para o investigador e a sua análise implica um conjunto de transformações, operações e verificações realizadas a partir dos mesmos com a finalidade de se lhes ser atribuído um significado relevante em relação a um problema de investigação. (FLORES apud CALADO; FERREIRA, 2004, p. 3)

Sobre a análise documental empregada foi realizada a sistematização e análise dos principais documentos do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que possuem informações sobre o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) no período de 2010 a 2016, período este justificado por abranger, até o presente momento, a produção de materiais de referência e orientação técnica oficial sobre o referido serviço. Assim, os documentos escolhidos estão dispostos no quadro 01 abaixo:

**Quadro 1** – Documentos utilizados para Análise Documental

<b>Nome dos documentos analisados</b>	<b>Data do documento</b>	<b>Conteúdo dos documentos analisados</b>
O CRAS que temos: O CRAS que queremos.	2010	Apresenta análises relativas às metas de desenvolvimento dos CRAS que, por sua vez, contribuem para a evolução do Índice de Desenvolvimento dos CRAS em todo o Brasil com o intuito de colaborar para a qualificação do PAIF, além de reforçar a compreensão de que a oferta de serviços depende de planejamento, organização e gestão.
Orientações Técnicas sobre o PAIF. Vol. 1.	2012	Aprofunda o conhecimento sobre o conteúdo da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, em relação ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família.
Orientações Técnicas sobre o PAIF. Vol. 2.	2012	Dispõe sobre os objetivos e a estrutura do serviço, suas ações e formas de implementação e as metodologias, pautando-se em conceitos e diretrizes estabelecidos nas normativas vigentes e pesquisas realizadas sobre os temas abordados.
Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - Articulação necessária na Proteção Social Básica.	2016	Evidencia as especificidades das ações e reflete sobre os pressupostos da articulação entre o PAIF e o SCFV, estruturado-se em dois eixos: a gestão territorial e a execução dos serviços.

Fonte: Elaboração da autora, 2019.

Para a realização da análise desses documentos foram eleita as seguintes categorias para análise: o Trabalho Social com as famílias; o atendimento no PAIF; o acompanhamento no PAIF. Enfatiza-se que outras obras bibliográficas também serviram de aporte para a realização desta pesquisa, tendo sido coletadas em livros físicos e informatizados e artigos científicos através de pesquisa eletrônica, que “é constituída por informações extraídas de endereços eletrônicos, disponibilizados em home page e site, a partir de livros, folhetos, manuais, guias, artigos de revistas, artigos de jornais, etc”. (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 69).

A análise dos dados procedeu-se através da técnica análise de conteúdo. Segundo Bardin (1979, p. 42), ela representa uma reunião de técnicas de análise das comunicações com

o intuito de obter, por intermédio de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (sejam eles quantitativos ou não) que possibilitem inferir conhecimentos relacionados às condições de produção e recepção dessas mensagens.

Dessa maneira, após realização da análise das informações obtidas finalizou-se a pesquisa com as considerações finais a partir dos resultados alcançados.

### 3.2. REFLETINDO SOBRE O ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO ÀS FAMÍLIAS NO ÂMBITO DO PAIF MEDIANTE UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO E DOCUMENTAL

Para discutir e refletir sobre o que se trata e como são os processos nos quais ocorrem o atendimento e o acompanhamento realizados no âmbito do PAIF na política de Assistência Social é preciso contemplar inicialmente, mesmo que de forma breve e introdutória, o contexto no qual se insere o sistema de direitos da contemporaneidade no qual este serviço encontra-se situado numa perspectiva de viabilização de direitos aos cidadãos usuários.

Trata-se de um cenário em que direitos historicamente conquistados vão sendo perdidos de forma gradativa e que, conforme avançam as tendências destrutivas inerentes à reprodução da vida no capitalismo, acirrados pelos processos de globalização neoliberal em curso (...) colocando em crise a própria instituição dos direitos humanos, pois sua universalidade e objetivação não está sendo garantido praticamente. (BARROCO, 2004, p. 39)

É de grande valia iniciar a apresentação dessas ideias e das reflexões propostas como uma forma de compreender que a gestão, execução, aprimoramento, definição dos direitos e viabilização dos mesmos em relação ao PAIF está atravessado pelo contexto da agenda neoliberal que precariza e sucateia as políticas sociais e inviabiliza o acesso aos direitos como deveria ser por parte dos usuários. Embora isso não seja posto aqui como um determinante para que os serviços não aconteçam, mas como elemento desafiador para sua concretização.

Nesse sentido, resgata-se a importância do PAIF para o sistema de proteção social à famílias e ao seus membros, dadas as contribuições que o mesmo pode oferecer para os usuários atendidos e acompanhados através dele.

O PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias) é essencial para a proteção de assistência social, uma vez que assegura espaços de convívio, informa e garante acesso aos direitos socioassistenciais, contribui para a gestão intersetorial local, para o desenvolvimento da autonomia, o empoderamento das famílias e a ampliação de sua capacidade protetiva. Fortalece, ainda, vínculos familiares e

comunitários, favorecendo a ampliação de perspectivas de vida das famílias mais vulneráveis e o acesso a oportunidades. (BRASIL, 2012b, p. 5).

O PAIF possui uma considerável relevância para o acesso ao direito à Assistência Social e aos direitos que se derivam ou que podem ser alcançados através da mesma. Através desse serviço as famílias inseridas e ativas nos serviços do CRAS podem ter respostas para suas demandas, podem estar inseridos numa dinâmica de socioeducação e conscientização a respeito dos direitos que essas famílias possuem e quais os procedimentos para conseguir ter esses direitos materializados. Isto posto, o PAIF possui toda uma estruturação legal que determina como ele deve ser gestado e executado em cada detalhe, trazendo a matricialidade sociofamiliar<sup>7</sup> e o Trabalho Social com as famílias para sua execução e funcionalidade.

Não obstante, faz-se de suma importância contemplar do que se trata as categorias – por assim dizer – centrais neste estudo: o atendimento e o acompanhamento no âmbito do PAIF. Assim, com o intuito de contextualizar as compreensões em torno do atendimento e acompanhamento no âmbito do PAIF faz-se essencial conceituar o Trabalho Social que é visto como um “conjunto de procedimentos efetuados com a finalidade de contribuir para a convivência, reconhecimento de direitos e possibilidades de intervenção na vida social de um grupo social, unido por vínculos consanguíneos, de afinidade e/ou solidariedade”. (BRASIL, 2012, p. 10)

Dadas as colocações supracitadas sobre a definição de Trabalho Social percebe-se que ele é um conjunto de intervenções profissionais junto às famílias que visam fomentar a cidadania das famílias e de seus membros, sua autonomia, o fortalecimento de vínculos, a convivência familiar e comunitária além de dar respostas às demandas expressas pelos usuários.

De acordo com Souza (2014, p. 25), “a partir do trabalho social com famílias do PAIF, os técnicos se deparam com situações de vulnerabilidades que precisam ser enfrentadas por um ou mais setores, tornando necessário o diálogo com outras políticas públicas”. (SOUZA, 2014, p. 25). Elucida-se que o Trabalho Social através do PAIF atua como um mecanismo também de percepção das realidades vivenciadas pelas famílias usuárias e de inserção/encaminhamento/viabilização no sistema de direitos instituídos dos para os cidadãos,

---

<sup>7</sup> Dentre as diretrizes da PNAS determina-se a “centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos” (Brasil, 2004, p.33), que seria a matricialidade sociofamiliar. Além disso, destaca-se que “Na matricialidade sociofamiliar, em que se dá primazia à atenção às famílias e seus membros, a partir do território de vivência, com prioridade àquelas mais vulnerabilizadas, uma estratégia efetiva contra a setorialização, segmentação e fragmentação dos atendimentos, levando em consideração a família em sua totalidade, como unidade de intervenção; além do caráter preventivo da proteção social, de modo a fortalecer os laços e vínculos sociais de pertencimento entre seus membros, de modo a romper com o caráter de atenção emergencial e pós-esgotamento das capacidades protetivas da família”. (TEIXEIRA, 2009, p. 257)

inclusive quando a própria família não consegue compreender na sua totalidade o contexto no qual estão inseridas e a presença de um profissional pode facilitar sua compreensão e ampliação dos seus conhecimentos sobre seus direitos.

Enfatiza-se também que o PAIF tem papel fundamental na compreensão das especificidades dos territórios – suas vulnerabilidades e potencialidades, a partir do diagnóstico territorial, da leitura crítica da situação vivenciada e escuta qualificada no atendimento às famílias e grupos sociais ali residentes, possibilitando, assim, a implementação de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. Logo, é a partir do olhar técnico sobre o território que se dá o desenho do trabalho social a ser desenvolvido com famílias do PAIF. (BRASIL, 2012a, p. 16)

A identificação das realidades presentes nos territórios e nas vidas das famílias são elementos fundamentais para que a busca pela prevenção das vulnerabilidades possa ser efetivada e para que as potencialidades ali presentes possam ser trabalhadas. Essa aproximação entre os serviços prestados através da Assistência Social no CRAS por meio do PAIF e as famílias dos territórios nos quais estes serviços funcionam é fundamental no processo de materialização dos objetivos propostos pelas diretrizes e objetivos de ambos.

Através das observações realizadas percebe-se também que as intervenções do PAIF têm dado ênfase sobre as intervenções coletivas com as famílias, posto que parte-se do pressuposto de que “os membros familiares, se realizam no grupo familiar, ao passo que as famílias se percebem nos contextos comunitários e territoriais em que estão inseridas, ou ainda na interação com suas redes (que podem não estar no mesmo território)”. (BRASIL, 2012b, p. 24)

Denota-se o foco sobre a forma de acompanhamento familiar em grupo onde as pessoas trabalham assuntos específicos e demandas expressas de forma coletiva e buscam construir suas formas estratégicas de enfrentamento a essas expressões da questão social e trabalho em grupo se apresenta como um mecanismo valoroso.

O grupo familiar pode ou não se mostrar capaz de desempenhar suas funções básicas. O importante é notar que esta capacidade resulta não de uma forma ideal e sim de sua relação com a sociedade, sua organização interna, seu universo de valores, entre outros fatores, enfim, do estatuto mesmo da família como grupo cidadão. Em consequência, qualquer forma de atenção, e/ou de intervenção no grupo familiar precisa levar em conta sua singularidade, sua vulnerabilidade no contexto social, além de seus recursos simbólicos e afetivos, bem como sua disponibilidade para se transformar e dar conta de suas atribuições. (BRASIL, 2004, p. 35).

Enfatiza-se que o Trabalho Social com as famílias possibilitam que estas participem de intervenções que precisam pautar-se numa compreensão que se remeta a essas famílias como

espaço no qual se relacionam através de laços consanguíneos e afetivos que precisa ser desvelado a partir de uma ótica pautada na totalidade, mas que permita a percepção das singularidades e particularidades de cada família e de cada um de seus membros para que as demandas postas e as expressões da questão social vivenciadas pelas mesmas possam ser enfrentadas de maneira efetiva e garantidora de direitos.

Postos os conhecimentos sobre o Trabalho Social com as famílias no âmbito do PAIF direciona-se sequencialmente para o aprofundamento teórico sobre o que se trata o atendimento e o acompanhamento às famílias através do PAIF.

**Assim, o atendimento às famílias, ou a alguns de seus membros, refere-se a uma ação imediata de prestação ou oferta de atenção, com vistas a uma resposta qualificada de uma demanda da família ou do território.** Significa a inserção da família, um ou mais de seus membros, em alguma das ações do PAIF: acolhida, ações particularizadas, ações comunitárias, oficinas com famílias e encaminhamentos. (BRASIL, 2012, p. 54, grifos nosso)

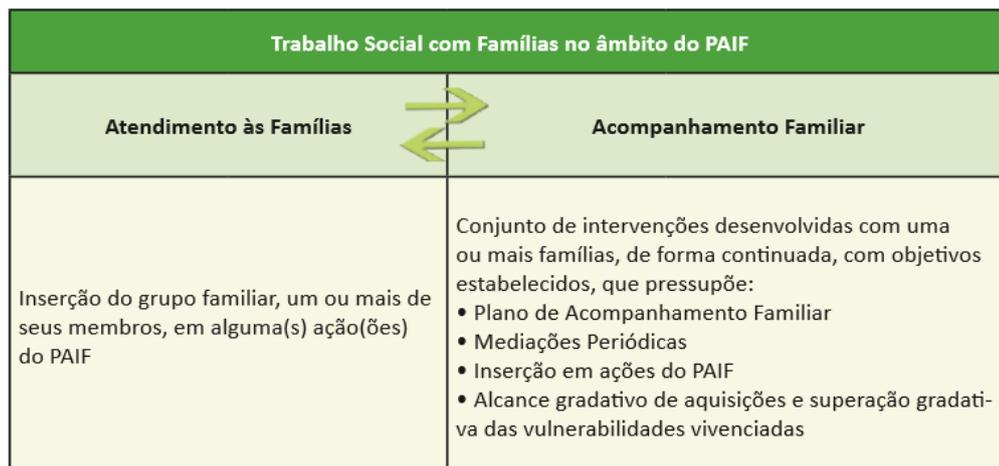
Não obstante,

**Já o acompanhamento familiar consiste em um conjunto de intervenções, desenvolvidas de forma continuada, a partir do estabelecimento de compromissos entre famílias e profissionais, que pressupõem a construção de um Plano de Acompanhamento Familiar - com objetivos a serem alcançados, a realização de mediações periódicas, a inserção em ações do PAIF, buscando a superação gradativa das vulnerabilidades vivenciadas.** (BRASIL, 2012, p. 54, grifos nosso)

O atendimento através do PAIF é o momento inicial, o momento em que as demandas da família são percebidas e direcionadas para as ações apropriadas. É o contato primário do CRAS com o usuário através do PAIF, pelo qual os usuários manifestam demandas imediatas e necessitam de ações imediatas. O acompanhamento por sua vez diz respeito ao processo interventivo contínuo e gradativo no qual os usuários permanecem inseridos neste serviço.

Mediante à necessidade de aprofundamento sobre o atendimento e o acompanhamento do PAIF apresenta-se abaixo um diagrama que apresenta mais informações sobre ambos de forma a esclarecer ainda mais as configurações dessas suas formas de inserção das famílias neste serviço.

**Imagem 1** – Trabalho Social com as Famílias no âmbito do PAIF – Atendimento às Famílias e Acompanhamento Familiar segundo o Caderno de Orientações Técnicas sobre o PAIF vol. 2.



Fonte: Diagrama presente no Caderno de Orientações Técnicas sobre o PAIF (BRASIL, 2012, p. 55).

Percebe-se que o acompanhamento é um processo que ocorre com o intuito da família ter o apoio dos profissionais e das ações disponíveis no serviço como estratégia de enfrentamento das expressões da questão social vivenciadas pelas famílias. Para tanto, é fundamental o estreitamento das relações entre os profissionais e os usuários afim de que as demandas dos usuários possam ser percebidas e trabalhadas.

Nesse sentido o acompanhamento familiar demanda o estabelecimento de vínculos e compromissos entre as famílias acompanhadas e o serviço, assim como a construção de planejamento e avaliação conjunta. O processo do PAIF ocorre inicialmente através da apresentação dos objetivos e compromissos do acompanhamento familiar e se ele deverá ser em grupo ou particularizado (escolha realizada entre a família e o técnico) no Encontro Inicial. Após o Encontro Inicial, realiza-se a análise das demandas, vulnerabilidades vivenciadas e potencialidades para a construção do Plano de Acompanhamento Familiar que deve ser detalhado. O acompanhamento familiar demanda também um encontro periódico entre famílias e profissionais chamada mediação, que é o momento no qual é realizada a avaliação do alcance de aquisições almejadas, das dificuldades encontradas e a elaboração de estratégias para superação dessas problemáticas respeitando-se a dinâmica familiar. (BRASIL, 2012)

Além disso, é preciso perceber que

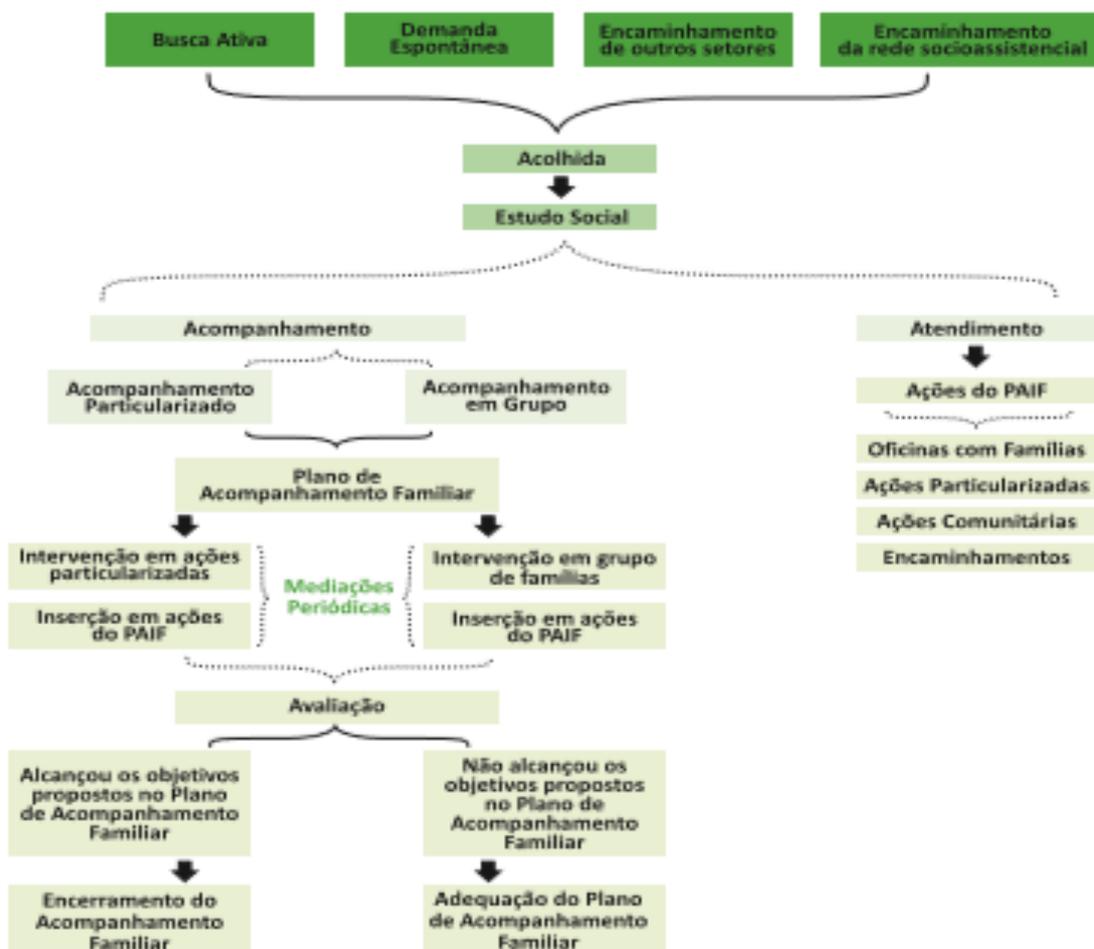
O acompanhamento não é um processo que visa avaliar a(s) família(s), sua organização interna, seus modos de vida, sua dinâmica de funcionamento. Ao contrário, conforme vimos, é uma atuação do serviço socioassistencial, com foco na garantia das seguranças afiançadas pela política de assistência social e na promoção do acesso das famílias aos seus direitos, com vistas ao fortalecimento da capacidade protetiva da família, a partir das respostas do Estado para sua proteção social. O

acompanhamento familiar exige, portanto, um olhar singular para as composições bastante heterogêneas de famílias, uma abordagem adequada e não preconceituosa dos novos arranjos, bem como reconhecer o papel do Estado no fortalecimento destas famílias e na oferta de serviços que ampliem sua capacidade protetiva. (BRASIL, 2012, p. 65)

O respeito à família é imprescindível nos processos decorrentes do PAIF, os profissionais devem atuar compreendendo a família e todas as suas particularidades, sem nenhum tipo de estereótipos ou preconceitos posto que a família pode ter várias configurações e toda a sua diversidade precisa ser potencializada e não problematizada.

Em consonância ainda com a intencionalidade de denotar de forma abrangente os eventos decorrentes do atendimento e do acompanhamento é fundamental perceber as diferenças existentes entre os mesmos de forma a ter clareza sobre as suas funcionalidades e como devem ser executadas. Assim, segue abaixo imagem explanando tais diferenças.

**Imagem 2** – Diferenças entre o Atendimento e o Acompanhamento Familiar do PAIF segundo o Caderno de Orientações Técnicas sobre o PAIF vol. 2.



Fonte: Caderno de Orientações Técnicas sobre o PAIF (BRASIL, 2012, p. 65).

Apreende-se a partir do esquema na imagem acima que o acesso ao PAIF pode ocorrer por quatro vias: busca ativa dos profissionais; demanda espontânea; encaminhamento de outros setores; e encaminhamento da rede socioassistencial. O passo seguinte é a Acolhida<sup>8</sup>, em seguida o Estudo Social para que a realidade da família possa ser estudada e compreendida. Após esse processo as famílias são encaminhadas para o atendimento e/ou acompanhamento. Quando encaminhadas para o encaminhamento, define-se se qual forma de acompanhamento familiar irá receber (particularizado ou em grupo), sendo determinado sequencialmente o Plano de Acompanhamento Familiar que estará aportado em mediações periódicas nas quais serão designadas no caso do acompanhamento particularizado para as ações do PAIF correspondentes e no acompanhamento grupal para as ações do PAIF em grupo.

Após a determinação da forma de acompanhamento as famílias são encaminhadas para as ações do PAIF que podem ser: oficinas com as famílias; ações particularizadas; ações comunitárias; e encaminhamentos.

Ainda sobre o acompanhamento das famílias do PAIF, sabe-se que

O acompanhamento no âmbito do PAIF é destinado às famílias que apresentam situações de vulnerabilidades que requerem a proteção de assistência social para garantia de seus direitos socioassistenciais, acesso aos direitos sociais e ampliação de sua capacidade protetiva, demandando, para isso, uma atenção diferenciada, um olhar mais atento dos profissionais do CRAS, pois essas situações vivenciadas, caso não sofram rápida intervenção profissional e acesso a serviços, podem tornar-se risco social e, ou violação de direitos. Uma vez inseridas no acompanhamento, objetiva-se ainda contribuir para o alcance de maiores graus de autonomia, para a capacidade de vocalização das demandas e necessidades, para o apoio profissional às famílias que demandam e para o desenho de projetos de vida. (BRASIL, 2010, p. 18)

É de suma relevância apreender o PAIF como um serviço que atua no sistema de garantia de direitos pelo qual os direitos das famílias usuárias podem ser viabilizados e que através do trabalho realizado junto a estas é primordial que se possa

Identificar as fontes de dificuldades familiares, as suas possibilidades de mudanças e os recursos necessários para que as famílias consigam articular resposta compatível com uma melhor qualidade de vida. Tais mudanças pressupõem transformações tanto nos padrões de relações internas da família, como dos padrões de relações entre ela e as outras esferas da sociedade. Isto implica no desenvolvimento da capacidade de discernir as mudanças possíveis de serem realizadas no âmbito dos grupos familiares

---

<sup>8</sup>A Acolhida da família é um momento inicial que gera a primeira aproximação com a família e é muito importante perceber que “essa primeira compreensão da realidade familiar é imprescindível para o profissional estabelecer vínculo com a família e planejar juntamente com a mesma, as ações socioassistenciais que será encaminhada. É neste momento que o técnico utilizará de instrumentais para coleta e registro de informações, como por exemplo, entrevista, prontuário da família, estudo social e de caso. (CARVALHO 2012, p.27)

e de suas redes, daquelas que exigem o engajamento em processos sociais mais amplos para que ocorram transformações de ordem estrutural. (MIOTO, 2010, p. 173-174).

Mediante o supracitado pela autora cabe entender que o trabalho social realizado com as famílias no PAIF seja por via do acompanhamento ou do atendimento pode ser visto como um trabalho de cunho socioeducativo pelo qual as famílias podem encontrar alternativas para a construção de sua autonomia e capacidade de solucionar suas problemáticas a partir do reconhecimento de si mesmo enquanto cidadão e sujeito de direitos. Mas para tanto, é fundamental que os profissionais, principalmente na Assistência Social remetam suas intervenções profissionais à perspectiva do direito.

Mediante as observações realizadas durante o estágio supervisionado e mediante os estudos abordados nesta discussão percebe-se que um dos principais desafios postos para os profissionais na execução do PAIF é conseguir realizar atuações que possam conferir aos sujeitos o exercício de sua cidadania e o reconhecimento dos mesmos enquanto sujeitos de direitos, isto porque as políticas sociais e os direitos têm sido alvo de ataques que precarizam as políticas e retiram direitos. Nesse sentido, o PAIF pode ser também uma estratégia para a conscientização dos cidadãos e suporte para que estes possam protagonizar as lutas em busca da efetivação dos seus direitos.

Nesse sentido,

Avalia-se que somente será possível a materialização do direito a partir do estabelecimento de relação sociais que reconheçam o usuário enquanto sujeito político portador de direitos, e não mais como objeto de intervenção de práticas públicas e privadas, sustentadas em relação tuteladoras, de subalternidade de caridade e filantropia. Daqui segue a necessidade de enfatizar-se a dimensão socioeducativa e política a ser assegurada no processo de ressignificação das relações sociais que permeiam a gestão da política de assistência, bem como o acesso e exercício por parte do usuário do direito a participação e a informação. (ANDRADE, 2009, p. 99)

Considera-se ainda que

As metodologias têm que nos impulsionar a trabalhar a população na perspectiva de seu reconhecimento como cidadão do mundo, com condições de entender que no mundo onde vivem suas carências não são produtos de falha individual, não é a falha da sua família, do lugar onde ele vive. Para tanto, precisamos garantir uma arquitetura da política pública fundamentada na lógica da cidadania que promova ações integradoras em torno do cidadão e do território como eixos de um desenvolvimento sustentável. O cidadão já não quer ser reconhecido como um somatório de necessidades e direitos; deseja atenções integrais (integradoras). Precisamos assegurar coautoria dos grupos populares, das famílias, da comunidade. Não se faz por, mas com! Deslocar “a pauta do trabalho social com famílias da oferta de informação para a oferta de aprendizagens e vivências.” (SPOSATI, 2008 apud SMAAS/GPSO, 2012, p. 8).

Destarte, os profissionais são desafiados a empreender intervenções que lhes possibilite trabalhar junto a essas famílias não somente no âmbito da imediatez e das ações paliativas e o acompanhamento realizado através do PAIF por ser contínuo e gradativo pode fomentar esse processo de intervenções mais amplas e aprofundadas pautadas na totalidade das relações sociais familiares, sociais, comunitárias e que percebam as particularidades e singularidades de cada família e de seus membros.

Sobre os desafios postos na execução do PAIF cabe menção o sucateamento das políticas sociais que por sua vez gera o sucateamento dos equipamentos, serviços, programas e ações ofertados. Ressalta-se que esse sucateamento traz riscos tanto para os profissionais quanto para os usuários, sendo essencial discernir que apenas um programa ou serviço não é suficiente para assegurar a garantia de todos os direitos de famílias em situação de vulnerabilidade sendo necessária muitas vezes a articulação da rede de proteção social e de sistema de direitos. Mesmo assim, elucida-se que o PAIF tem impactos positivos em relação à consolidação dos vínculos gerados entre as pessoas que participam dos grupos e que são assistidos pela equipe técnica. (GONÇALVES, et al, 2019)

Cabe apreender também que é desafiador para o PAIF conseguir estabelecer de fato a proteção das famílias ou promover o fortalecimento de sua capacidade protetiva, mediante aos ditames que a sociedade capitalista impõe para as políticas e para os direitos sociais que não recebem o devido olhar e investimento por parte do Estado e daqueles que determinam o repasse dos recursos pelo poder público. Isto demanda profissionais estratégicos, criativos e propositores que consigam realizar intervenções mesmo diante das requisições capitalistas e da precarização das políticas. Sendo assim, é mister entender que os

Os termos “fortalecer”, “prevenir” e “promover”, presentes na descrição do PAIF, apontam para seu caráter antecipador à ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco social, de modo a ofertar às famílias uma forma de atendimento que, como a própria denominação traz, proteja as famílias. Proteção que, além do enfrentamento das vulnerabilidades e riscos sociais, atua também no “desenvolvimento de potencialidades”, a partir do reconhecimento de que ninguém está desprovido de tudo: uma família que está sobrevivendo na vulnerabilidade detém ativos importantes. Nessa direção, é preciso identificar e fortalecer os recursos disponíveis das famílias, suas formas de organização, participação social, sociabilidade e redes sociais de apoio, entre outros, bem como dos territórios onde vivem. Como já se sabe, um dos objetivos do PAIF é o fortalecimento da função protetiva da família, compreendendo-a como o lugar do cuidado, proteção, aprendizado dos afetos, construção de identidade e vínculos relacionais e de pertencimento, mas sem perder de vista que ela pode também configurar um espaço de reprodução de desigualdades e de violência. (BRASIL, 2016, p. 12)

No contexto deste cenário de vulnerabilidade social existente na atual conjuntura brasileira, percebe-se a extrema preponderância das ações profissionais junto ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à família como meio contributivo para as intervenções sobre a realidade dos usuários de forma dinâmica e coerente que com vistas ao fomento da autonomia dos cidadãos e de seu protagonismo através da ampliação de seus conhecimentos e da socialização de informações sobre os seus direitos, podem ser elementos para a luta pela efetivação desses direitos. (SILVA, 2018)

Diante de todo o exposto nos enunciados supracitados percebe-se que o PAIF é um serviço preponderante para a materialização das contribuições realizadas através do Trabalho Social com as famílias. Trata-se de um serviço que se dá através do atendimento e do acompanhamento e que possui toda uma estruturação que fundamenta sua execução. Enfatiza-se que o atendimento e o acompanhamento realizados através do PAIF possuem um potencial valioso para o Trabalho Social com as famílias e para a busca pela garantia dos seus direitos, bem como para o desenvolvimento de estratégias de superação das problemáticas vivenciadas pelas famílias usuárias deste serviço.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos estudos realizados foi possível perceber primeiramente que a política de Assistência Social perpassou todo um processo histórico que lhe conferiu através de muitas lutas a constituição e legitimação da mesma enquanto direito do cidadão e política social de proteção àqueles que dela necessitarem. Todavia, a atual dinâmica conjuntural ainda faz perdurar na mesma, ideais conservadores e retrógrados quando esta ainda é gestada enquanto favor ou benemerência e devido ao fato dela – assim como os direitos sociais e as demais políticas sociais – ter sido atravessada pela onda neoconservadora que se alinha aos interesses capitalistas e dificulta a execução dos seus objetivos e diretrizes.

Se por um lado esse contexto de recessão de direitos é desafiador para os usuários das políticas sociais e para os profissionais, por outro lado pode ser visto como espaço de resistência e de luta pela materialização de direitos. O capital postula requisições e dificuldades para os profissionais que precisam ser estratégicos, crítico e comprometidos com a viabilização de direitos mesmo diante da precarização do trabalho e das políticas sociais, o que se fundamenta como desafio, mas não como dificuldade insuperável.

Não obstante, evidencia-se que o cenário em que ocorrem as relações sociais postulam para as famílias e para o próprio PAIF desafios que dificultam o exercício pleno da cidadania e o exercício pleno das intervenções dos profissionais que precisam ser estratégicos e criativos na busca pela efetivação desse serviço e do sistema de garantia de direitos mediante à precarização das políticas sociais, do trabalho e do agravamento das expressões da questão social que além de ocasionar a vulnerabilidade para as famílias se constitui enquanto elemento desafiador para os profissionais.

É preciso esclarecer que não se vê aqui a referida política mediante a uma visão totalmente negativa, desconsiderando seus avanços e possibilidades. É válido perceber que tal política ao longo de sua historicidade e até os dias atuais alcançou avanços, como é o caso do PAIF, um serviço voltado para o atendimento integral das famílias usuárias e que se constitui enquanto uma estratégia para a viabilização dos direitos dos cidadãos.

Cabe mencionar que o atendimento promovido através do PAIF ocorre como um contato momento inicial, o momento em que as demandas da família são percebidas e direcionadas para as ações apropriadas, sendo o contato pelo qual os usuários do PAIF manifestam demandas imediatas e necessitam de ações imediatas. Já acompanhamento por sua vez diz respeito ao processo interventivo contínuo e gradativo no qual os usuários permanecem

inseridos neste serviço sendo ele realizado através do acompanhamento particularizado ou em grupo, sendo esse acompanhamento direcionado para as ações cabíveis.

Dessa maneira, o PAIF, através do atendimento e do acompanhamento e de todas as ações inseridas no mesmo contribui para o fortalecimento das potencialidades das famílias e de seus membros, pode proporcionar a estes a construção de sua autonomia e o exercício da cidadania através de processos socioeducativos nos quais esses cidadãos possam ter acesso aos conhecimentos sobre seus direitos, sobre a realidade na qual estão inseridos e conseguem ter acesso aos profissionais que podem contribuir no processo de prevenção/enfrentamento/superação das vulnerabilidades a que estão expostos.

## REFERÊNCIAS

- AFONSO, M. L. M. **Oficinas em dinâmicas de grupo: um método de intervenção psicossocial**. Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2000.
- AFONSO, M. L. M.; FADUL, F. M. O trabalho com grupos no PAIF: um diálogo interdisciplinar com a Oficina de Intervenção Psicossocial. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, 10(1), São João del-Rei, janeiro/junho 2015.
- ANDRADE, I. Modelo de gestão e protagonismo dos usuários na implementação do SUAS. In: MENDES, J. M. R.; PRATES, J. C.; AGUINSKY, B. G. **O Sistema único de Assistência Social: as contribuições a fundamentação e os desafios à implementação**. Porto Alegre. EDIPUCRS, 2009.
- BARROCO, M. L. S. A inscrição da ética e dos direitos humanos no projeto éticopolítico do Serviço Social”. In: **Serviço Social e Sociedade**, nº 79, ano XXV, 2004, p. 27-42.
- BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BEZERRA, J. F. W.; COSTA, M. P.; AZEVEDO, R. C. O trabalho do serviço social no acompanhamento das famílias inseridas no serviço de proteção e atenção integral a família no ano. 2015 – um relato de experiência da abordagem coletiva com famílias do CRAS Deputado João Fassarella. In: **II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro**. Conselho Regional do Serviço Social/ RJ, Rio de Janeiro, 2016.
- BOSCHETTI, I. Tensões e possibilidades da política de assistência social em contexto de crise do capital. **Argum.** (Vitória), v. 8, n.2, p. 16-29, maio/ago. 2016.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas: Centro de Referência da Assistência Social - CRAS**. Brasília: Gráfica e Editora Brasil Ltda., 2009.
- BRASIL. **A busca ativa**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2015. Disponível em: < <http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico/a-gestao-do-cadastro/processo-de-cadastramento/busca-ativa>> Acesso em 24 de outubro de 2019.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1998)**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2006.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **O CRAS que temos: O CRAS que queremos**. Brasília: MDS, 2010.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Orientações Técnicas sobre o PAIF. Vol. 1**. Brasília: MDS, 2012a.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Orientações Técnicas sobre o PAIF – vol. 2.** Brasília: MDS, 2012b.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - Articulação necessária na Proteção Social Básica.** Caderno de orientações. Brasília: MDS, 2016.

BRASIL. **Orientações Técnicas do Centro de Referência de Assistência Social.** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Brasília: DF, 2009.

BRASIL. **Orientações Técnicas sobre o PAIF.** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Brasília: DF, 2012.

BRASIL. **Política Nacional da Assistência Social/2004 e Norma Operacional Básica do SUAS –** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005.

BRASIL. **Proteção básica do sistema único de assistência social:** orientações técnicas para os centros de referência de assistência social. Brasília-DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2006.

BRASIL. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Brasília: DF, 2009.

BRESSER, P. L. C. **A Reforma do Estado nos anos 90:** Lógica e mecanismos de controle. Lua Nova, nº 45, pp. 45-95, 1998.

COUTINHO, A. F. Raízes históricas dos (des) caminhos das políticas sociais no Brasil. In: **III Jornada Internacional de Políticas Públicas Questão Social e Desenvolvimento no Século XXI.** Universidade Federal do Maranhão, São Luís. 2007.

COUTO, B. R. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira:** uma equação possível? São Paulo: Cortez, 2006.

FALEIROS, V. P. **O que é política social.** 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

GERHARDT, T. E. (Org.); SILVEIRA, D. T. (Org.). **Métodos de pesquisa –** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, F. G. Conflito social e welfare state: Estado e desenvolvimento social no Brasil. **RAP** Rio de Janeiro 40(2):201-36, Mar./Abr. 2006.

GONÇALVES, H. M.; SILVA, P. F.; BEZERRA, R. R.; FREITAS, T. N.; LÔBO, L. M. O assistente social e o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). In: **IV Simpósio Nacional de Empreendedorismo Social Enactus Brasil,** São Paulo, 2019.

IAMAMOTO, M. **A questão social no Capitalismo.** Revista Temporalis, n. 03. Brasília: ABEPSS, 2001.

IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41ª Ed. São Paulo: Cortez, 2014.

MESTRINER, L. M. **O estado entre a filantropia e a assistência social**. São Paulo: Cortez, 2011.

MIOTO, R. C. T. Ações socioeducativas em programa de transferência de renda. In: WANDERLEY, M. B; OLIVEIRA, I. C. (Org.). **Trabalho com famílias**: textos de apoio. v.2. São Paulo: IEEPUC-SP, 2004.

MIOTO, R. C. T. Novas proposta e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar. In: SALES, M. A. et al. (Org.). **Política Social, Família e Juventude**: uma questão de direitos. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2009. p.50.

MONTAÑO, C. **A natureza do serviço social: um ensaio sobre sua gênese, a especificidade e sua reprodução**. São Paulo: Cortez, 2007.

MOTA, A. E. A Centralidade da Assistência Social na Seguridade Social Brasileira nos Anos 2000. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **O Mito da Assistência Social**: ensaios sobre Estado, política e sociedade. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PEREIRA, P. A. P. Proteção social contemporânea: cui prodest?. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 116, p. 636-651, out./dez. 2013.

QUINONERO, C. G. Princípios e diretrizes da Assistência Social: da LOAS à NOB SUAS. **O Social em Questão**, Ano XVII, nº 30, 2013.

QUINONERO, C. G. Princípios e diretrizes da Assistência Social: da LOAS à NOB SUAS. **O Social em Questão** - Ano XVII - nº 30 – 2013

ROJAS COUTO, B. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira**: uma equação possível?. 4. Ed. São Paulo; Cortez, 2010.

SANTANA, C. V. M. O. R. **A família na atualidade**: novo conceito de família, novas formações e o papel do IBDFAM (Instituto Brasileiro de Direito de Família). 2015. 24 p. Monografia (Graduação em Direito) – Departamento de Direito, Universidade Tiradentes – UNIT, Aracaju, 2015.

SIERRA, V. M. **Família**: teorias e debates. São Paulo: Saraiva, 2011.

SILVA, N. P. M. **A Atuação do Assistente Social no Serviço de Atendimento Integral à Família – PAIF**: Uma Análise da Participação Profissional nos Serviços da Proteção Básica. 2018. 28 folhas. Trabalho de Conclusão do Curso de Serviço Social–Faculdade Pitágoras Imperatriz, 2018. ENCONTRAR “CARVALHO, 2012” AQUI

SOUZA, E. R. **A Acolhida Interdisciplinar ao Usuário do PAIF**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

SPOSATI, A. Desafios para fazer avançar a política de assistência social no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, Ano 22, n.68, p.54-82, out./2001.

TEIXEIRA, M. S. **Família na Política de Assistência Social**: avanços e retrocessos com a matricialidade sociofamiliar. Revista Política Públicas, São Luiz, 2009, v.13, n.2, p.255-264, jul./dez. 2009.

TEIXEIRA, S. M. Trabalho social com famílias na política de assistência social: elementos para sua reconstrução em bases críticas. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 13, n. 1, p. 4-23, jul./dez. 2010.

TORRES, I. C. **As primeiras-damas e a assistência social**: relações de gênero e poder. São Paulo: Cortez, 2002.

VIEIRA, E. As políticas sociais e os direitos sociais no Brasil: avanços e retrocessos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 18, n.53, p.67-79, mar. 1997.

YASBEK, M. C. **Pobreza e exclusão social**: expressões da questão social no Brasil. 2001.